UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA TRADUÇÃO

CATARINA ALVES COELHO

DIREITO DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS

A TRADUÇÃO UTÓPICO-FEMINISTA DE NÍSIA FLORESTA

(Versão corrigida)

SÃO PAULO
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA TRADUÇÃO

CATARINA ALVES COELHO

DIREITO DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS

A TRADUÇÃO UTÓPICO-FEMINISTA DE NÍSIA FLORESTA

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Sílvia Cintra Martins

SÃO PAULO

2019

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C672d

Coelho, Catarina Alves
DIREITO DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS: A TRADUÇÃO UTÓPICO-FEMINISTA DE NÍSIA FLORESTA / Catarina Alves Coelho ; orientadora Maria Sílvia Cintra Martins. - São Paulo, 2019.
94 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Estudos da Tradução.

1. Feminismo. 2. Nísia Floresta. 3. Tradução. I. Martins, Maria Sílvia Cintra, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância da orientadora

Nome da aluna: Catarina Alves Coelho

Data da defesa: 17/06/2019

Nome do Professora orientadora: Maria Sílvia Cintra Martins

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19/08/2019

_____

Profa. Dra. Maria Sílvia Cintra Martins

DEDICATÓRIA

Às mulheres que lutaram e às que lutam pelos nossos direitos.

Às alunas de graduação e pós-graduação, que buscam todos os dias por um teto todo delas.

A todos os estudantes que precisarão enfrentar os próximos anos de ensino público.

“O problema com gênero é que ele determina como deveríamos ser ao invés de reconhecer quem somos. Imagine o quão felizes seríamos, o quão livres seríamos para sermos nós mesmos se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero.”

Chimamanda Ngozi Adichie, 2014

“Nós precisamos falar a mesma língua.”

Cecília Palmeiro, 2017

RESUMO

Nísia Floresta foi a primeira escritora brasileira a dedicar-se aos estudos de gênero no Brasil. Ela publicou seu primeiro livro em 1832, supostamente realizando uma tradução livre de *Vindication of the rights of woman* (1790), de Mary Wollstonecraft, conforme apontam diversos artigos e livros sobre o assunto, inclusive o próprio livro que ela publicou. Essa informação foi posteriormente dada como errônea ao descobrir-se que ela realizou uma tradução de *Woman not inferior to man* (1738), de Sophia. Tendo essas questões em foco e por haver pouca literatura voltada às análises das questões de tradução envolvendo essa importante publicação, é que se justifica a realização desta pesquisa. Este trabalho teve como objetivo analisar, por meio das teorizações de análise do discurso de Norman Fairclough (2004) e de tradução de Christiane Nord (2016) a tradução de Nísia Floresta sob a ótica do movimento feminista. Como resultados, tentou-se encontrar justificativas para os fatos anteriormente citados, por meio de levantamento de hipóteses, acerca da publicação de Nísia Floresta, bem como contribuir com os estudos sobre feminismo no Brasil e pesquisas sobre a importância de Nísia Floresta para o referido movimento.

Palavras-chave: feminismo; Nísia Floresta; tradução.

ABSTRACT

Nísia Floresta was the first Brazilian writer to focus her studies on gender issues in Brazil. She published her first book in 1832, allegedly conducting a free translation of Mary Wollstonecraft's Vindication of the Rights of Woman (1790), as pointed out by several articles and books on the subject, including her own publication. This information was later given as erroneous when it showed that she performed a translation of Woman Not inferior to Man (1738), by Sophia. This research is justified by those issues as well as the few researches which analyze translation issues involving this important publication. This work aimed to analyze, through discourse analysis theories by Norman Fairclough (2004) and Christiane Nord's (2016) translation theory, Nísia Floresta's translation from the perspective of the feminist movement. As a result, justifications were proposed for those facts, by raising hypotheses about the publication of Nísia Floresta, as well as contributing to studies on feminism in Brazil and research on the importance of Nísia Floresta for this movement.

Keywords: feminism; Nísia Floresta; translation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18
2.1 Sobre a metodologia 18
2.2 O movimento Feminista e a publicação e Nísia Floresta 18
2.3 Visão Geral 42
2.4 Modelos de tradução de Christiane Nord 45
2.4.1. O papel do iniciador 48
2.4.2. O papel do tradutor 50
2.5 Análise do discurso por Norman Fairclough 53
2.5.1. Discurso como elemento de práticas sociais 54
2.5.2. Mediação 55
2.5.3. Gênero e governança 55
2.5.4. Abordagem relacional para análise de texto 57
2.5.5. Intertextualidade e pressupostos 58
2.5.6 A esfera pública e Hegemonia 58
3. DIREITO DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS 60
3.1 As três versões: observações iniciais 60
3.2 Analisando a tradução de Nísia Floresta na linha do pensamento de Norman Fairclough 66
3.3. Analisando a tradução de Nísia Floresta sob a ótica de Nord e Vermeer 72
3.3.1. Elementos intratextuais 73
3.3.1.1 Assunto 73
3.3.1.2 Conteúdo 75
3.3.1.3 Pressuposições 79
3.3.2. Elementos extratextuais 85
3.3.2.1. Emissor 85
3.3.2.2. A intenção do emissor ..... **Erro! Indicador não definido.**
3.3.2.3. Meio, Lugar e Tempo 87
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 93

1. INTRODUÇÃO

O início das pesquisas sobre Nísia Floresta ocorreu durante a graduação em Licenciatura em Letras - Inglês, na Universidade Federal de Alagoas, como parte das atividades do grupo de estudos Literatura & Utopia. O referido grupo, coordenado pela Profª. Drª Ildney Cavalcanti, vinculado à Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL/Fale/Ufal) existe desde 2000 e possui diversos projetos sendo desenvolvidos, produzindo desde mapeamentos e traduções a análises (sob a forma de produção acadêmica), coletâneas e antologias todos sempre fomentando e colaborando para os estudos sobre os utopismos através das produções de seus membros. Entre os temas estudados no grupo estão estudos sobre a poesia e prosa alagoana, violência, utopia, ficção científica, distopias e feminismo.

O primeiro contato com o grupo ocorreu devido à necessidade de realizar trabalhos para a disciplina de Projetos Integradores[1]. Neste caso, o projeto envolveria estudar distopias e tradução, com ênfase em estudos de gênero partindo de iniciativas dos diversos estudos realizados pelo Grupo Literatura e Utopia.

Inicialmente, o trabalho dos Projetos Integradores resumiu-se à elaboração de uma análise do conto "The Padwan Affair", da autora australiana Tess Williams, que faz parte da antologia intitulada *She's Fantastical*, publicada em 1995. O conto tem como tema a gravidez, metaforizada numa inversão de papeis. Com o objetivo de trazer à tona as problemáticas enfrentadas pelas mulheres quando grávidas, a autora aborda alguns temas relacionados à discriminação e opressão impostas às mulheres pelo patriarcado, como a discriminação profissional e o fato de não haver a possibilidade de aborto.

O trabalho dos Projetos Integradores transformou-se em Projeto de Iniciação Científica intitulado "Histórias de gênero e de ciência na ficção e na teoria: utopias, distopias e ficção científica de autoria feminina". Esse trabalho fez parte de um projeto maior, cuja proposta era estudar as convergências entre ciência e gênero em narrativas de autoria feminina em inglês nos gêneros da ficção científica, utopias e distopias, além de mapear, analisar e avaliar parte dessa produção, traduzir e editar uma seleção de ficções para publicação, em formato de livro, de uma antologia crítica bilíngue (inglês e português).

[1] Disciplina da graduação em que o aluno inicia o desenvolve um projeto de pesquisa, podendo ser trabalhado até o fim do curso, com o Trabalho de Conclusão do Curso.

Após as primeiras atividades com teorias de tradução, necessárias para a análise e tradução do conto "The Padwan Affair", resultaram na versão em português e em alguns trabalhos apresentados em congressos. O primeiro contato com *Direito das mulheres e Injustiça* dos homens deu-se durante as pesquisas por fontes teóricas - sobre feminismo - para esse projeto do grupo. Era o texto de Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, edição de 1989. Fazendo alguns levantamentos sobre a obra, percebe-se a importância para a nossa cultura e ao movimento feminista, como sendo o primeiro livro publicado no Brasil a tratar dos direitos da mulher.

A ideia de utilizá-lo no mestrado deu-se pelas pesquisas indicarem que em *Direito das mulheres e injustiça dos homens,* Nísia Floresta havia feito não uma tradução indireta de *Vindication of the rights of woman* (1790), de Mary Wollstonecraft, conforme apontam diversos artigos e livros sobre o assunto, inclusive o próprio livro que ela publicou, mas uma tradução integral de *Woman not inferior to man* (1738), de Sophia. Os primeiros projetos e trabalhos foram realizados com base nessas informações, por meio de pesquisas bibliográficas sobre a vida e obra da autora., mas que posteriormente foram dadas como errôneas, ao realizar pesquisas mais aprofundadas. Tendo essas questões em foco e por haver pouca literatura voltada às análises das questões de tradução envolvendo essa importante publicação, é que se justifica a realização deste trabalho.

Direito das mulheres e injustiça dos homens foi o primeiro livro de Nísia Floresta, escritora feminista nascida em 1810, no Rio Grande do Norte, hoje considerado o texto fundante do feminismo no Brasil. O referido livro foi o primeiro, publicado no Brasil, em Pernambuco, em 1832, a tratar do direito das mulheres à educação e ao trabalho e é hoje considerado o marco inicial do movimento feminista do Brasil (DUARTE, 2003). Há registros de mais três edições publicadas posteriormente: em 1833, em Porto Alegre; no Rio de Janeiro, em 1839 e, cinquenta anos depois, em 1989, em São Paulo (CAMPOI, 2011).

Entende-se, de modo geral, hoje, que *Direito das mulheres e injustiça dos homens* seria a versão em português do texto *Woman not inferior to man*, de autoria creditada a Sophia, pseudônimo que ainda hoje esconde a verdadeira identidade de seu/sua autor(a). Essa obra foi publicada na Inglaterra, em 1738, quase um século antes da versão brasileira. Pesquisas recentes realizadas por Oliveira e Martins (2012) mostram, no entanto, por meios comparativos, que Nísia Floresta, na verdade, baseou-se numa versão

dessa mesma obra em francês, publicada em 1750, para escrever *Direito das mulheres e injustiça dos homens*.

Por muito tempo, tal informação de que a obra em português era tradução literal de *Woman not inferior to man* era desconhecida. A literatura indicava que Nísia Floresta havia realizado uma "tradução livre" da obra *Vindication of the rights of woman* (1791), de Mary Wollstonecraft. Tal afirmação iniciou-se com a própria Nísia Floresta, que declarou, já na primeira versão do livro, que sua obra era baseada no manifesto da autora inglesa. Essa informação será melhor apresentada no capítulo 3.

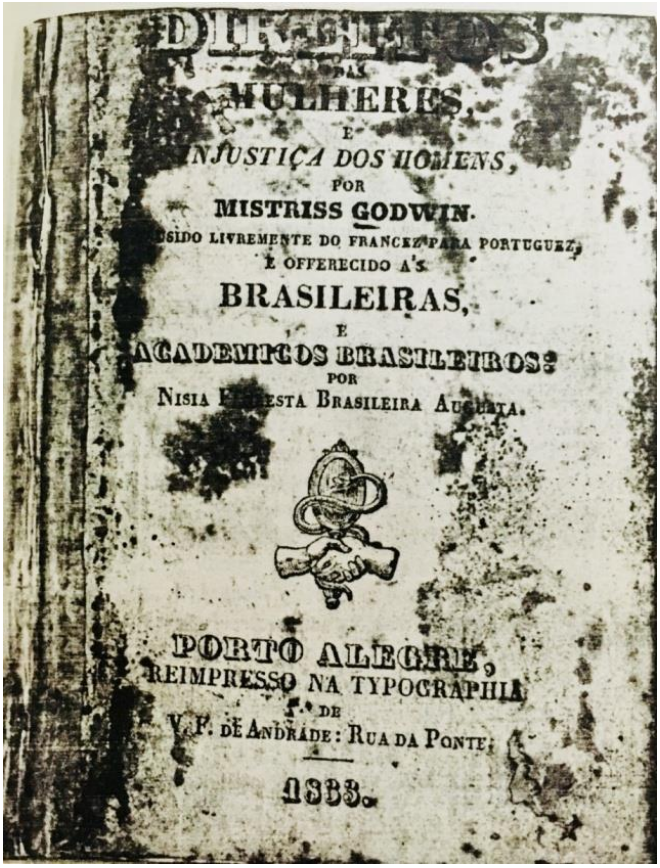

MULHERES,
E
INJUSTIÇA DOS HOMENS,
POR
MISTRISS GODWIN.
SIDO LIVREMENTE DO FRANCEZ PARA PORTUGUEZ,
E OFFERECIDO A'S
BRASILEIRAS,
E
ACADEMICOS BRASILEIROS:
POR
NISIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA.
PORTO ALEGRE,
REIMPRESSO NA TYPOGRAPHIA
DE
V. F. DE ANDRADE: RUA DA PONTE.
1833.

Figura 1 - Imagem da 2ª edição do livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens*, de 1833, incluída na edição publicada em 1989, onde-se lê "Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens, por Mistress Godwin, traduzido livremente do francêz para o

Portuguez e oferecido às brasileiras". Mistress Godwin é a forma que Nísia Floresta utilizou para endereçar a autoria do original a Mary Wollstonecraft.

Além disso, por pura coincidência, o ano de publicação de *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* foi o mesmo da publicação alemã de *Vindication of the rights of woman* (CAMPOI, 2011). Acreditava-se que Nísia Floresta teria se inspirado nas manifestações políticas e sociais de Mary Wollstonecraft para fazer suas próprias manifestações. Não era difícil de acreditar em tal afirmação visto que essa obra e a sua própria autora foram bastante influenciadoras para o movimento feminista.

A confusão sobre a "inspiração" da escritora brasileira, entretanto, foi desfeita por Pallares-Burke, em 1995, em seu artigo intitulado: *A Mary Wollstonecraft que o Brasil conheceu, ou a travessura literária de Nísia Floresta*. Nele, a autora não só analisa as diferenças que existem entre os dois manifestos citados, como também esclarece, nas palavras dela, com um "misto de constrangimento e entusiasmo" (p. 168) que "jamais houve a aclamada tradução para o português da polêmica obra de Mary Wollstonecraft" (p. 168). O que Nísia Floresta realizou, de fato, foi uma tradução integral do manifesto *Woman not inferior to man,* de Sophia.

Ao longo da pesquisa, com as diversas leituras das obras, Pallares-Burke revela ter tido uma "vaga sensação do déjà vu, que surgira no decorrer da análise do texto de Nísia" (p. 175), que foi fundamental para a descoberta que faria. Inicialmente, *Direitos* não foi associado a *Woman not inferior to man,* mas, de acordo com Pallares-Burke, o texto de Nísia Floresta possuía traços extremamente semelhantes ao texto *De l'egalité des deux sexes* (1673), de François Poulain de La Barre (1647-1723). Em suas palavras:

> Ali estavam, *ipsis litteris*, muitos dos trechos mais incisivos da obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens*, traduzidos, diga-se de passagem, com grande talento e mestria por Nísia Floresta. Não há engano popular mais "antigo e mais universalmente acreditado" do que a crença na diferenciação entre os sexos, diziam as duas obras textualmente (PALLARES-BURKE, 1995, p. 176)

Segundo Pallares-Burke, *Woman not inferior to man,* de Sophia, teria sido escrito com apropriação de partes "substanciais" do texto de Poulain de La Barre. Esta situação teria ocorrido sem haver, em nenhum momento, referência à obra de La Barre como original ou seja, Nísia Floresta teria traduzido o manifesto de Sophia, que, por sua vez, foi elaborado baseando-se na obra de La Barre (PALLARES-BURKE, 1995).

Esclarecido esse assunto, ainda restavam algumas outras dúvidas. Sophia, a person of Quality, a quem a publicação original de *Woman not inferior to man* é frequentemente creditada, é um pseudônimo, que, como dito anteriormente, ainda é um mistério quanto à identidade de quem possa realmente ser o/a real autor(a).

Algumas autoras não o associam a nenhuma outra escritora conhecida da época, como é o caso de Kate Lindemann (2014). No site da Society for the Study of Women Philosophers, há algumas poucas informações sobre quem seria a autora. "Sophia, a Person of Quality." era uma mulher nascida na França e que lá viveu durante o século XVIII. Foi uma das primeiras escritoras nesse país a defender educação integral às mulheres. Apesar de não haver revelações sobre quem está por trás do pseudônimo, Lindermann (2014) atribui a Sophie tanto *Woman Not Inferior to Man*, publicado em 1739, quanto *Woman's Superior Excellence Over Man*, no ano seguinte. A necessidade de escrever a segunda obra deu-se ao fato de seu primeiro texto, *Woman not inferior to man*, ter recebido críticas públicas de um autor que se auto intitulou "Gentleman" (pseudônimo que Sophia utilizou para referir-se ao autor), sendo, portanto, a segunda obra uma espécie de tréplica, que, dessa vez, não obteve contestações.

Entretanto, em seu trabalho intitulado *O livro Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX,* Campoi (2011) afirma que o pseudônimo esconde Mary Wortley Montagu (1689-1762), escritora e aristocrata inglesa, sem citar mais informações sobre quem seria a autora. Catherine *et al* (2006) também atribuem a Montagu a autoria da obra.

De acordo com a Encyclopaedia Britannica, Lady Mary Wortley Pierremont (posteriormente Mary Wortley Montagu) era filha de Earl de Kingston e Lady Mary Fielding (prima do escritor Henry Fielding). Fugindo de um casamento arranjado por seus pais, casou-se com Edward Wortley Montagu, membro do Parlamento. Em 1718, mudou-se para Twickenham, em Londres, onde dedicou-se aos trabalhos pelos quais ficou mais conhecida: éclogas baseadas nos poemas de Virgílio; uma peça, intitulada Simplicity (1735), e vários ensaios nos quais trata de política e feminismo.

Na versão digital disponível pela Penn Libraries da obra *Woman not inferior to man*, além de Lady Mary Wortley Montagu, há também atribuição de autoria da obra a Lady Sophia Fermor. Ela foi casada com John Carteret, político inglês, com quem teve uma filha, vindo a falecer em 1745, pouco tempo depois de dar à luz. Não há informações, entretanto, que associem Lady Sophia Fermor ao movimento feminista, além de apenas atribuir a ela a autoria de *Woman not inferior to man*.

Em 2012, as pesquisadoras Oliveira e Martins publicaram mais esclarecimentos e informações acerca da versão brasileira. No artigo *Nísia Floresta e Direitos Das Mulheres e Injustiça Dos Homens: Uma Tradução Em Busca Do Original*, também voltado para a obra de Nísia Floresta, elas afirmam que a versão em português "utilizou como fonte a tradução da obra de Sophia para o francês, intitulada *La Femme n'est pas inférieure à l'homme*, publicada apenas com a menção "traduit de l'Anglois" (p. 31).

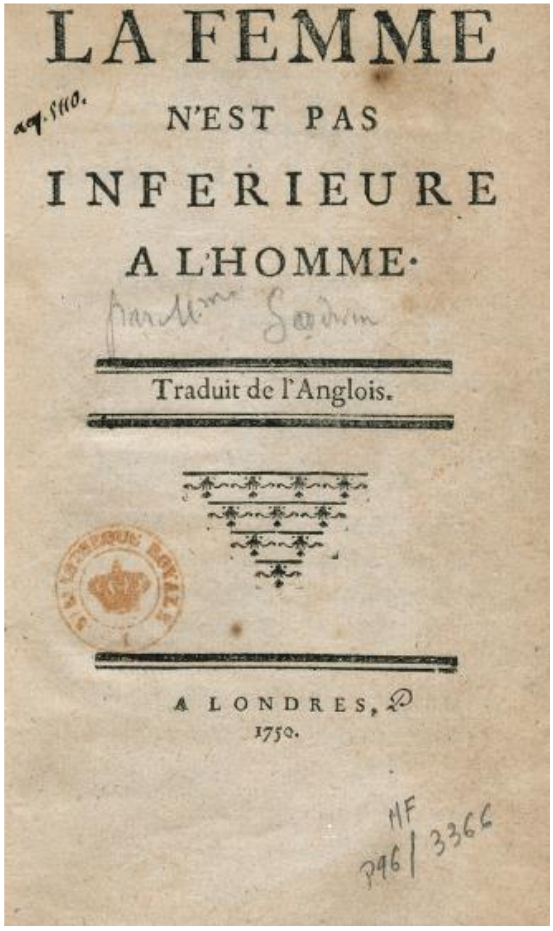

LA FEMME
N'EST PAS
INFERIEURE
A L'HOMME.
Traduit de l'Anglois.
A LONDRES,
1750.

Figura 2: Capa da obra original em francês, onde se lê: "Traduit de l'Anglois", com data de publicação indicada em 1750.

As três obras possuem uma estrutura semelhante. Há algumas mudanças pontuais que diferem principalmente a versão francesa da versão inglesa. Essa comparação também comprova que a tradução para o português foi feita a partir da versão em francês. Essa discussão será retomada no Capítulo 3, no qual, por meio de comparações, será possível melhor observação dessa informação.

Apesar da ausência de indicação de autoria na capa original da obra em francês, o site da Bibliothèque Nationale de France, onde consta o arquivo utilizado neste estudo,

credita o trabalho de tradução a Madeleine de Puisieux (1720–1798). Em 1987, Garnier publicou um artigo em que afirma que no ano seguinte à publicação do original em francês, outra edição foi novamente publicada, sob o título de *Le Triomphe des dames*, e, dessa vez, assinado como "traduit de l'Anglois de Miledi P***".

Garnier (1987), entretanto, alega que ainda há incertezas sobre a verdadeira autoria da obra em francês. A pesquisadora indica que alguns estudiosos a concedem a Philippe-Florent de Puisieux, enquanto outros, a sua esposa Madeleine D'arsant de Puisieux. Em 1750, a Bibliothèque Annuelle et Universell e, no ano seguinte, a Nouvelles Littéraires 1751 creditam a Philippe-Florent de Puisieux, tradutor francês, como autor da tradução do texto em inglês. O que se sugere é que Madeleine D'arsant não tinha conhecimentos da língua inglesa suficientes para consultas de literatura que, na época, pudessem auxiliar a tradução.

Por meio de conceitos advindos das áreas de Estudos de Tradução e de Análise Crítica do discurso este trabalho propõe a análise do texto de Nísia Floresta, uma tradução cujo propósito de publicação visava um chamar a atenção para a disparidade com que homens e mulheres eram tratados na época.

1738	*Woman Not Inferior to Man*	Escrito por Sophia, incorporando trechos de *De l'egalité des deux sexe* (1673), de François Poulain de la Barre
1739	*Woman's Superior Excellence Over Man*	Segunda obra de autoria de Sophia, em resposta às críticas de *Woman Not Inferior to Man*

1750	*La Femme N'est Pas Inférieure à L'homme*	Versão de *Woman Not Inferior to Man* traduzida para o francês, cuja autoria é atribuída a Philippe-Florent de Puisieux
1790	*Vindication of the Rights of Woman*	Escrito por Mary Woolstonecraft, indicado por Nísia Floresta como a obra que a inspirou a escrever *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*
1832	***Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens***	Manifesto de Nísia Floresta, tradução de *La Femme N'est Pas Inférieure à L'homme*
1995	*A Mary Woolstonecraft que o Brasil conheceu, ou a travessura literária de Nísia Floresta*	Artigo publicado por Maria Lúcia Pallares-Burke, identifica que Nísia Floresta não se inspirou em Mary Wollstonecraft, mas em Sophia, indicando uma tradução literal de *Woman Not Inferior to Man*

2012	*Nísia Floresta e Direitos das mulheres e injustiça dos homens: uma tradução em busca do original*	Artigo de Oliveira e Martins que indicam *La Femme N'est Pas Inférieure à L'homme* como o texto original de Nísia Floresta

No Capítulo 2, é apresentado um histórico do movimento feminista no exterior e no Brasil. No capítulo seguinte, tanto a conceituação de viés teórico-metodológico do linguista inglês Norman Fairclough, como aquela desenvolvida pela estudiosa alemã da tradução Christiane Nord serão fundamentadas para abrir espaço para a análise a ser feita da obra de Nísia Floresta, no capítulo 3.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sobre a metodologia

Esta pesquisa pode ser identificada como descritiva, realizada por meio de pesquisas bibliográficas e análises críticas, sendo necessária a análise de dados históricos e levantamento de hipóteses acerca das questões que envolvem o contexto de publicação e o discurso da obra de Nísia Floresta.

Para análise inicial das três obras, foi realizado um breve comentário sobre paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg (1989), sendo este utilizado para discutir as adaptações realizadas na versão em português, Direito das mulheres e injustiça dos homens.

A segunda parte deste trabalho consiste na análise crítica do discurso, fortemente baseada na obra *Analysing discourse*, de Norman Fairclough.

A última parte utilizou-se tanto de pesquisas bibliográficas como de análises críticas. O levantamento de literatura para fundamentação da discussão baseou-se, principalmente, nos artigos *A Mary Wollstonecraft que o Brasil conheceu, ou a travessura literária de Nísia Floresta*, de Maria Lúcia Pallares-Burke (1995); *Nísia Floresta e Direitos das mulheres e injustiça dos homens: uma tradução em busca do original*, de Anna Olga Prudente de Oliveira e Marcia Martins (2011), e nos artigos de Constância Duarte. Para as análises críticas da tradução e contexto de publicação, foi utilizado a Análise textual em tradução, de Christiane Nord (2016).

2.2 O movimento Feminista e a publicação e Nísia Floresta

Neste capítulo, é apresentado um panorama a respeito do movimento feminista, tanto no âmbito nacional, como internacional, de forma a contextualizar a obra e a atuação de Nísia Floresta. Essa contextualização torna-se particularmente importante, em função do aparato teórico e metodológico que foi adotado, seja para a análise da obra em si, seja para o cotejo com o texto original. O levantamento histórico realizado neste capítulo foi fortemente baseado no artigo Feminismo e Literatura no Brasil (2003), de Constância Duarte e bem como no livro Breve história do feminismo (2015), de Garcia Cristina Carla.

O feminismo é um movimento que sofre muitas más interpretações por parte de um grande público. Os estigmas que existem menosprezam um movimento que possui

motivações reais de mudanças. Ainda que o conceito seja bastante direto e claro em relação ao que o feminismo realmente seja, para algumas autoras ainda é preciso, por mais cômico que possa parecer, acrescentar comentários informativos, tais como Funck (1998) explica em seu artigo: o feminismo é geralmente mal interpretado, pelos menos informados, como a busca pelo poder, glorificação ou até mesmo pregação de ódio aos homens (p. 7).

A autora esclarece em seu artigo que o feminismo busca apenas o reconhecimento das mulheres. Duarte (2003) propõe a visualização do movimento, como todo gesto ou ação, partida de um indivíduo ou de um ou mais grupos, que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos.

Essa descrição de Duarte propõe uma análise em sentido amplo para o feminismo. Entretanto, de acordo com Garcia (2016), ao adentrar os ideais do movimento, percebe-se que existem diversas pautas que resultam numa abertura para diversos tipos de feminismo, que variam de acordo com as correntes de pensamento de quem participa do movimento - mulheres ao redor de todo o mundo - articulando-se como filosofia política e movimento social. Além dessas características, há também o que a autora se refere como "ética e forma de estar do mundo". Entende-se que a aproximação com o movimento torna inevitável a "tomada de consciência" porque a "discriminação supõe uma postura diferente diante dos fatos" (GARCIA, 2016, p. 13).

O feminismo seria, então, uma "consciência crítica que ressalta as tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal” (GARCIA, 2016, p.13). A autora complementa, afirmando que:

> [...] sua importância é de tal calibre que não podemos conhecer todas as suas consequências, cada um de seus efeitos pontuais seja a diminuição na taxa de natalidade, a transformação industrial, a organização do trabalho. O feminismo é uma lanterna que mostra as sombras de todas as grandes ideias gestadas e desenvolvidas sem a participação das mulheres e muitas vezes à custa das mesmas: democracia, desenvolvimento econômico, Estado de Bem-Estar Social, justiça, família religião. As feministas empunham esta lanterna com orgulho por ser a herança de milhões de mulheres que partindo da submissão forçada - enquanto eram atacadas, ridicularizadas, vilipendiadas souberam construir uma cultura, uma ética e uma ideologia nova e revolucionária para enriquecer e democratizar o mundo. Esta

> é a luz que ilumina os quartos escuros da intolerância dos preconceitos e dos abusos (GARCIA, 2016, pp.13-14).

Para entender como surgiram as primeiras manifestações no Brasil, é necessário fazer uma pequena retrospectiva do início do movimento no mundo, visto que seus efeitos tiveram direta reverberação no movimento brasileiro.

Primeiramente, tratando-se da categoria central da teoria feminista tem-se o conceito de gênero. De acordo com Garcia (2015), a ideia do que é "masculino" e "feminino" são construções culturais e não fatos naturais ou biológicos, entendendo-se assim que todas as "normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter" (GARCIA, 2016, p. 19) exigidos às mulheres são construções associados a sua biologia. Esse conceito foi inicialmente utilizado por Robert J. Stoller, um psiquiatra de origem norte-americana, em 1968. Segundo suas ideias publicadas em seu livro *Sex and gender*:

> [...] os dicionários assinalam principalmente a conotação biológica da palavra sexo, manifestada por expressões tais como relações sexuais ou o sexo masculino. Segundo este sentido, o vocábulo sexo se referirá nesta obra ao sexo masculino ou feminino e aos componentes biológicos que os distinguem; o adjetivo sexual se relacionará, pois, com a anatomia e fisiologia. Agora bem, esta definição não abarca certos aspectos essenciais da conduta - a saber, os afetos, os pensamentos e as fantasias - que, mesmo estando ligados aos sexos, não dependem de fatores biológicos. Utilizaremos o termo gênero para designar alguns destes fenômenos psicológicos: assim como cabe falar de sexo feminino e masculino, também se pode aludir à masculinidade e à feminilidade sem fazer referência alguma à anatomia ou à fisiologia. Desse modo, mesmo que o sexo e o gênero se encontrem vinculados entre si de modo inexpugnável na mente popular, este estudo propõe, entre outros fins, confirmar que não existe uma dependência biunívoca e inelutável entre ambas as dimensões (o sexo e o gênero) e que, ao contrário, seu desenvolvimento pode tomar vias independentes (STOLLER, 1698, apud GARCIA, 2016).

Há também a necessidade de entender o que é o patriarcado. Inicialmente, a palavra relacionava-se ao governo - governo dos patriarcas, passando a ter um sentido mais crítico a partir do século XIX, para justificar a hegemonia masculina. Só a partir dos anos 1970 é que o feminismo vem utilizando-a como peça-chave de seus estudos. O feminismo radical o classifica como:

> [...] forma de organização política, econômica, religiosa, social, baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas; do pai sobre a mãe; dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. [...] surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível (REGUANT, 1996, apud GARCIA, 2015, pp.15-16).

Foi durante o Renascimento, no século XVI, que novas pautas foram introduzidas aos pensamentos misóginos que imperavam na época. Podia-se facilmente observar as profundas diferenças nas "capacidades intelectuais e cognitivas entre homens e mulheres quanto da função dos dois sexos em relação aos papeis sociais" (GARCIA, 2015, p.25).

Garcia (2016) argumenta que apesar da notável inserção de novas ideias a partir do humanismo ao pensamento misógino da época, elas não foram suficientes para sanar essas profundas desigualdades entre os sexos, pois as mulheres ainda não estavam incluídas nas discussões. Foi durante esse período que surgiu a *Querelle de femmes*, que começou a se desenvolver no início do século XVI, e ficou conhecido como célula mater do feminismo. A discussão proposta durou vários séculos, e tinha como objetivo debater "sobre a natureza e deveres dos sexos" (GARCIA, 2015, p.26).

Com o fim do século XVIII e a transição entre a Idade Moderna e a Contemporânea pode-se notar o desenvolvimento científico e técnico fundamentados pelo racionalismo, empirismo e utilitarismo. Foi o surgimento dessas novas formas de pensamento, as quais defendiam igualdade e cidadania, que deu suporte às revoluções do período responsáveis pela implantação da democracia e consequente queda do Absolutismo (GARCIA, 2015).

A referida autora complementa ainda que durante esse período, pode-se observar a proclamação da Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Declaração Dos Direito Do Homem e Do Cidadão, em 1789. Foi justamente a publicação dessas declarações e as mudanças filosóficas de pensamento concebidas para a Revolução Francesa que resultaram nas primeiras reivindicações que dariam início ao movimento feminista e ao mesmo tempo sua absoluta rejeição e violenta repressão (GARCIA, 2015, p. 40).

Apesar da Revolução Francesa ter trazido diversos resultados - "a derrubada do Antigo Regime, o acesso da burguesia ao poder e o ensejo do debate sobre cidadania e democracia" (CAMPOI, 2001, p. 2), para as mulheres, a situação não apresentou alteração nenhuma. A contradição está no fato de as premissas do período da ilustração proporem ideias igualitárias universais, mas excluir as mulheres de tais propostas. Garcia (2015) comenta como:

> [...] a demanda de universalidade que caracteriza a razão ilustrada pode ser utilizada para "irracionalizar" seus usos ilegítimos, neste caso, patriarcais. [...] E foi dessa maneira que as mulheres da Revolução Francesa a utilizaram quando observavam com espanto como o novo Estado revolucionário não encontrava contradição alguma em defender a igualdade universal e deixar sem direitos civis e políticos todas a mulheres (GARCIA, 2015, p. 40).

Complementando sua discussão, a autora faz a distinção de dois tipos de protagonismos das mulheres durante a Revolução Francesa: "o popular e de massa de mulheres que lutaram na frente de batalha e o intelectual, representado [...] pelas burguesas, que se manifestaram especialmente nas sessões da Assembleia Constituinte" (GARCIA, 2015, p. 41). Entre essas intelectuais, ganham destaque Olympe de Gauges, na publicação da *Déclaration des droits de la femme et de lacitoyenne* [*Declaração dos direitos da mulher e da cidadã]*, escrito em 1791, e Mary Wollstonecraft, por *Reivindicação dos direitos das mulheres*, em 1793.

Segundo Garcia (2015) Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze, nasceu em Paris, França, em 1748. Participava ativamente da vida política de seu país e era uma "figura importante no conturbado contexto revolucionário" (CAMPOI, 2001, p.) principalmente em questões envolvendo a agenda feminista. Ela também fazia parte da Sociedade das Republicanas Revolucionárias.[2]

De Gauges já era escritora antes do início da revolução, mas foi apenas em 1791 que escreveu a famosa *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, a qual dedicou à Maria Antonieta, por considerá-la uma mulher tão oprimida quanto qualquer outra (GARCIA, 2015). A sua obra era uma alusão à versão ‘masculina’ da *Declaração dos*

[2] O referido clube popular feminino se desenvolveu durante a Revolução mas manteve o caráter autônomo, não fazendo parte da estrutura do movimento revolucionário; mas mulheres que faziam parte apresentavam diversos ideais radicais e lutaram por algumas mudanças, tais como a instalação de tribunais revolucionários, pelo aumento das forças armadas, pela distribuição de terras aos soldados e pela instituição de um imposto sobre a riqueza (SAES, 2014).

direitos do homem e do cidadão, de 1789, que possui reconhecimento do mundo como o fundador dos modernos direitos à liberdade e à igualdade (CAMPOI, 2001).

Esse referido documento garantia apenas ao homem - e não à "humanidade" - o direito à cidadania, excluindo as mulheres de participação do que propunha seu conteúdo (MORAIS, 2016). Seu texto tinha como objetivo justamente conscientizá-las de todos os direitos que lhes eram negados, bem como reivindicar que se tornassem cidadãs da mesma forma que eram considerados os homens (GARCIA, 2015).

Infelizmente, a ousadia de reivindicar a participação das mulheres em um sistema que ainda estava se desenvolvendo resultou em um trágico fim: após escrever um panfleto contra algumas das proposições da Revolução Francesa, Olympe de Gauges foi presa (CAMPOI, 2011). Durante o chamado período do Terror, Olympe de Gouges pagou seu atrevimento: três meses depois, ela teria seu corpo jogado em uma vala comum, após ser guilhotinada. Nesse início de desenvolvimento das democracias, as mulheres ainda não seriam cidadãs (MORAIS, 2016).

O manifesto que hoje é considerado o documento fundador do movimento feminista em nível internacional foi escrito em 1792, na Inglaterra, por Mary Godwin Wollstonecraft (1759-1797), sendo intitulado *Vindication of the Rights of Woman [Reivindicação dos direitos da mulher]*.

Mary participava ativamente dos movimentos abolicionistas da época em seu país. A Europa do século XVIII apresentou profundas mudanças especialmente resultantes do capitalismo industrial que se desenvolvia na Inglaterra, maior império colonial da época que também dominava o comércio de escravos da América e África. A pressão do movimento do qual participava resultou na abolição do comércio de escravos no Império Britânico em 1807 (MORAES, 2016).

Segundo Moraes (2016) essas ideias que nutriam Mary Wollstonecraft eram diretamente influenciadas pelo iluminismo. A inglesa fundamentou-se em tais teorias para contestar o discurso dominante do período, que "apoiava a subordinação da mulher ao homem como um dado da natureza" (p. 9). Sua produção, *Reivindicação dos direitos da mulher*, foi resultado "tanto de uma trajetória de lutas militantes de Mary como de seus enfrentamentos contra a moral sexista e conservadora da época (MORAES, 2016, p. 11). O seu manifesto teve como objetivo ser uma resposta direta à Constituição Francesa de 1791, que foi escrita para o cidadão francês - ou seja, apenas para os homens, não dando direitos às mulheres, pois elas não eram consideradas cidadãs à época de sua publicação (MORAES, 2016). Mary Woolstonecraft dedicou a Talleyrand-Périgord, bispo francês

(1754-1838), que demonstrou posicionamentos bastante retrógrados na produção do texto da constituição, em relação à educação feminina e à emancipação das mulheres (CAMPOI, 2011). Em seu texto, é possível ler:

> Tendo lido com grande prazer um escrito que o senhor publicou recentemente, dedico-lhe este volume - a primeira dedicatória que já escrevi - para uma leitura atenta e porque acredito que o senhor me entenderá [...]. Mas, senhor, o respeito que tenho por seu entendimento vai ainda mais longe, tão longe que confio que não deixará meu trabalho de lado apenas por concluir apressadamente que estou errada, já que não compartilha da mesma opinião que eu sobre o assunto (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 17).

Entretanto, durante sua vida, Mary Wollstonecraft percorreu uma longa trajetória pessoal. Ela foi autodidata e sofreu dificuldades com questões familiares ao ter de lidar com um pai violento De acordo com Moraes (2016) ela viajou para a França em 1792, para acompanhar a Revolução Francesa de perto, quando conheceu e se apaixonou por Gilbert Imlay, com quem teve sua primeira filha, Fanny Imlay, em 1794. Por questões de viagens e devido às diversas traições, separam-se pouco tempo depois e Mary Wollstonecraft, fragilizada, tenta o suicídio diversas vezes (MORAES, 2016).

Em 1796, inicia contato com William Godwin, jornalista e filósofo, com quem manteve intensa correspondência. Devido à convivência dos dois e uma forte atração, iniciam uma "relação baseada no respeito mútuo e companheirismo" (MORAES, 2016, p. 12). Casam-se e Mary Wollstonecraft engravida de sua segunda filha, Mary Wollstonecraft Godwin, posteriormente conhecida como Mary Shelley, vindo a falecer dez dias depois do nascimento de sua filha, devido a uma septicemia decorrente do parto.

Apesar da curta vida, Mary Wollstonecraft deixou um legado valiosíssimo para as mulheres: *A Vindication of the rights of woman*, publicado em 1791, reverberou no Brasil quarenta anos depois, em 1832, quando o primeiro livro de cunho feminista aqui publicado teria sido uma suposta tradução do texto da autora inglesa. Tal acontecimento teria dado início ao que hoje é conhecido como a primeira onda do feminismo brasileiro.

De acordo com Duarte (2003), no movimento feminista brasileiro podem ser identificados quatro momentos: 1830, 1870, 1920 e 1970. De acordo com a pesquisadora, foram necessários aproximadamente cinquenta anos entre uma e outra, para que surgissem picos ou ondas ou "pequenas movimentações de mulheres" (p.2) que

permitissem que" as forças se somassem e mais uma vez fossem capazes de romper as barreiras da intolerância, e abrir novos espaços" (p.2).

O Brasil que deu espaço para o surgimento da primeira onda havia acabado de sair do período colonial. Naquela época, a mulher era explorada de maneira que o patriarcado pudesse utilizá-la a serviço do recente capitalismo que se desenvolvia no país, ou seja: casavam muito novas com homens que eram escolhidos pelos seus pais, "assumindo o papel de esposa de senhores pertencentes à classe dominante - geralmente homens que eram proprietários de terras e donos de escravos" (TELES, 2017, p. 29), e de mães. Ainda segundo a autora, as atividades do lar também eram de responsabilidades da mulher tais como organizar a cozinha e cuidar das crianças, além de outras atividades de ocupação como a fiação, a tecelagem e o cuidado com o pomar (TELES, 2017).

Para romper com esses preconceitos, era necessário que a primeira bandeira a ser levantada fosse referente ao "direito básico de aprender a ler e a escrever, então reservado ao sexo masculino" (DUARTE, 2003, p.3). Quem deu o primeiro passo nesse sentido foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, brasileira que teve sua vida marcada pela intensa busca por direitos às mulheres.

Filha de Dionísio Gonçalves Pinto, advogado português, e Antônia Clara Freire, ela nasceu no sítio Floresta em Papari, no Rio Grande do Norte – e hoje é uma cidade que, em sua homenagem, chama-se Nísia Floresta (DUARTE, 2008) - mas, durante sua juventude, também residiu em Goiânia e Recife (CASTRO, 2010). O pseudônimo, na verdade, não foi escolhido à toa. Para Campoi (2011), ele revela sua personalidade e opções existenciais: "Nísia é o diminutivo do seu nome; Floresta, o sítio onde ela nasceu; Brasileira, a afirmativa de seu nacionalismo, e Augusta, uma homenagem ao companheiro eleito" (p. 6).

Teve o privilégio de pertencer a uma família nordestina de classe dominante, o que lhe proporcionou a possibilidade de uma educação privilegiada. De acordo com Duarte (1995, apud CAMPOI, 2011), Nísia Floresta começou a estudar em Goiânia, em um convento de carmelitas e, apesar de haver lacunas nos documentos históricos que ilustram os acontecimentos de sua vida, algumas dessas documentações indicam que ela dominava as línguas francesa e italiana. Ela também realizou diversas viagens, especialmente à França, onde teve contato com diversos pensadores positivistas (MORAES, 2016), que tanto iriam influenciar seus ideais feministas.

Ainda jovem, aos treze anos de idade, não muito diferente da maioria das mulheres de sua época, foi forçada a se casar. De acordo com Castro (2010) e Duarte (2008), Nísia

se casou com Manuel Alexandre Seabra de Melo, um proprietário de terras pouco letrado, mas a união não durou muito tempo. Apenas alguns meses após o casamento, Nísia Floresta teria abandonado o marido e voltado a morar com seus pais.

Em 1928, já em Recife, no mesmo ano em que seu pai morreu, Nísia Floresta muda-se para uma residência acadêmica junto com Manuel Augusto de Faria Rocha, um estudante de direito, que seria seu futuro marido e com quem teria dois filhos: Lívia Augusta de Faria Rocha, Augusto Américo de Faria Rocha. Os dois permaneceram casados por pouco tempo, em consequência da morte precoce de Manuel Augusto de Faria Rocha, em 1833 (DUARTE, 2008).

As primeiras publicações de Nísia ocorreram em 1831. Ela começou a escrever para o jornal *Espelho das Brasileiras,* de Recife, e diferentemente das outras publicações que foram lançados na época - tratavam, basicamente, de moda e literatura (DUARTE, 2005) - foi justamente nesse período, durante trinta números do jornal - de fevereiro a abril, que ela começou a escrever sobre a condição das mulheres em diversas culturas (DUARTE, 2008).

Quando tinha apenas vinte e dois anos, em 1832, teve seu primeiro livro publicado, *Direito das mulheres e injustiça dos homens,* que ela disse tratar-se de uma tradução livre do *Vindication of the rights of woman,* de Mary Wollstonecraft. Seu conteúdo, até então inédito para uma publicação desse teor no cenário brasileiro, acabou tornando-se um marco influenciador para os movimentos que lutavam por direitos para as mulheres (DUARTE, 2005).

Nísia também foi responsável por outras publicações. Duarte (2003; 2008) cita algumas obras que Nísia Floresta publicou, sendo eles:

- 1842 - *Conselhos à minha filha*: livro que escreveu e dedicou a sua filha Lívia Augusta de Faria, como presente de aniversário de doze anos;
- 1847 - *Daciz ou A jovem completa*:
- 1847 -*Fany ou O modelo das donzelas:* tema semelhante ao anterior -
- 1847 - *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta*:
- 1849 - *A Lágrima de um Caeté*: poema de 712 versos que aborda o processo degradatório sofrido pelo índio brasileiro durante a colonização pelo homem branco.

- 1850 - *Dedicação a uma amiga*: apesar de estar residindo em Paris, publica esse romance em dois volumes em Niterói. Segundo historiadores, é considerado o primeiro romance escrito por um(a) norte-rio-grandense.
- 1853 - *Opúsculo humanitário*: 62 capítulos que tratam da educação da mulher, por meio dos quais fala sobre o preconceito e condena os seculares erros na formação educacional da mulher, não só no Brasil, como no exterior.
- 1855 - *Um improviso - na manhã de 1º corrente, ao distrito literato e grande poeta, Antônio Feliciano de Castilho*: poema publicado em *O Brasil Ilustrado*.
- 1855 - *Páginas de uma vida obscura*: oito capítulos de uma crônica sobre um escravo, externando seus pensamentos sobre a escravidão.
- 1855 - *Passeio ao aqueduto da Carioca*: sua visão como "turista" no Rio de Janeiro;
- 1856 - *O Pranto Filial*: expõe a dor da perda da mãe;
- 1857: *Itinéraire d'um Voyage em Allemagne*: livro, publicado em Paris, sob a forma de cartas ao filho com comentários sobre as cidades alemãs que conheceu;
- 1864: *Troisans em Italie, suivis d'um Voyage em Grèce:* aborda questões sobre a política, modo de vida história e manifestações culturais italianas.
- 1867: *Parsis*: não há maiores registros, apesar de estar incluído como de sua autoria.
- 1871: *Le Brésil*: traduzido para o francês por sua filha Lívia Augusta Gade (que estava casada com um alemão à época).
- 1872: *Une Brésilienne*: segundo volume de *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*.
- 1878: *Fragments d'um ouvrage inédit: Notes biographiques*: livro que traz notas biográficas sobre a autora e seu irmão.

Segundo Oliveira e Martins (2012), foi em 1838, quando Nísia estava morando no Rio de Janeiro, que decidiu abrir o Colégio Augusto que, nas palavras das autoras, foi "um momento de suma importância para a história da educação feminina no Brasil" (p. 27). O colégio, fundado na Rua Direita, a mesma do Paço Imperial, centro do que era, na

época, a capital federal, tinha uma proposta pedagógica diferente de ensino para as meninas (CASTRO, 2010). Ainda de acordo com a autora, a sociedade imperial não aceitou o tipo que ensino que Nísia gostaria de oferecer às meninas pois discordava que fosse realmente necessário que elas aprendessem algo além dos afazeres domésticos. O próprio nome do colégio já indicava o quão importante ele seria para as mulheres, visto que tenha sido uma provável homenagem ao seu marido e também a Auguste Comte, de quem era grande admiradora pois esse autor também foi bastante presente na defesa de direitos para as mulheres (MORAES, 2016).

Apesar de a abertura de escolas públicas femininas no Brasil estar autorizada desde 1827, não existia, de fato, nenhuma escola funcionando, sendo as opções de ensino voltadas para as prendas domésticas, reduzidas a conventos, algumas poucas escolas particulares nas próprias casas de professoras ou o ensino individualizado (DUARTE 2003). De acordo com Castro (2010), a educação a que as mulheres tinham acesso era restritas às regras patriarcais que dominavam a época, não passavam por nenhuma disciplina que exigisse "reflexão mais profunda" (p. 8) e por isso o colégio apenas para mulheres se mostrou "pioneiro em sua proposta pedagógica, pois oferecia às meninas da Corte uma educação no nível dos melhores colégios para o público masculino" (p. 20).

De acordo com Duarte (2008), em 18 de dezembro de 1846, no mesmo dia em que foi publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro diversos elogios às alunas e à diretora Nísia Floresta, sua filha, Lívia Augusta de Faria recebeu menção honrosa do Colégio Augusto.

Entretanto, a ideia de uma escola para meninas ainda era uma mudança muito radical para a sociedade de época. Em 23 e 24 de dezembro, no mesmo jornal, foram publicadas anonimamente inúmeras críticas ao Colégio Augusto por "considerar as propostas educacionais avançadas e inadequadas às meninas" (DUARTE, 2008, p. 19). Em janeiro do ano seguinte, mais críticas ao Colégio foram publicadas, dessa vez no *O Mercantil*, em relação às aulas de latim que eram ministradas às alunas (DUARTE, 2008).

Nísia Floresta Mudou-se para Paris em 1849, com os dois filhos, visando tratar problemas de saúde da filha Lívia. Vivendo na Europa, teve a oportunidade de conhecer Auguste Comte e assistir às conferências ministradas por ele durante o Curso de História Geral da Humanidade (DUARTE, 2008).

Dois anos depois, muda-se para Portugal, onde residiu por seis meses. Depois desse período, voltou ao Brasil e aqui permaneceu por cinco anos. Foi o período em que fez diversas publicações e também trabalhou como voluntária no Hospital de Nossa

Senhora da Conceição, no Rio de Janeiro, ajudando vítimas da febre amarela. O ano de retorno à Europa, 1856, também marca o último ano de funcionamento do Colégio Augusto, que, depois de dezoito anos, fechou definitivamente (DUARTE, 2008).

O ano de 1856 também foi marcado pelas várias correspondências entre Nísia Floresta e Auguste Comte. De acordo com a pesquisadora Duarte (2008), todas as 13 cartas permanecem guardadas pelos positivistas. No ano seguinte, 1857, Comte vem a falecer e Nísia Floresta participa de seu cortejo fúnebre no cemitério Père-Lachaise, junto com as filhas e esposa de Comte.

A morte de seu irmão Pinto Brasil, em novembro de 1875 (CÂMARA, 1997) também teve um impacto muito grande em sua vida. De acordo com a autora, a tragédia resultou no esboço do inacabado "Fragmentos de uma obra inédita - notas biográficas", com registros de notas biográficas suas e de seu irmão, como uma forma de "homenagem póstuma ao seu companheiro de infância" (CÂMARA, 1997, p. 14).

Até o ano de sua morte, 1878, com algumas visitas ao Brasil durante esse período, Nísia Floresta teve diversas residências em várias cidades da Europa, tais como Bruxelas, Florença, Lisboa, Londres, Rouen e, por último, Bonsecours, onde veio a falecer em 24 de abril bem como onde foi enterrada, no Cemitério de Bonsecours (DUARTE, 2008).As viagens que Nísia Floresta realizou trouxeram a ela "consciência da defasagem cultural, social e política existente entre a Europa e o Brasil"(DUARTE, 2003, p. 154). As principais diferenças estavam numa demanda primária de educação para as mulheres no Brasil, que ainda enfrentava sérios preconceitos, enquanto na Europa, as reivindicações eram críticas a uma educação já existente.

Eram raras as mulheres brasileiras educadas e, em menor número ainda, as escritoras (DUARTE, 2003, p. 154). Esta autora destaca algumas, tal como a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), que hoje em dia são conhecidas mas que não tiveram o mesmo peso histórico que a rio-norte-grandense que com seu legado, abriu espaço para diversas distintas manifestações, em outros momentos. Em suas palavras: "Nossas mulheres precisavam, primeiro, ser consideradas seres pensantes, para então, depois, pleitear a emancipação política". Tal objetivo, entretanto, só seria alcançado pelas mulheres com as reivindicações da terceira onda.

Em seu artigo publicado em 2003, Constância Duarte faz um levantamento dos episódios que levaram os anos seguintes (1870, 1920 e 1970) a também serem

considerados ondas para o movimento feminista brasileiro. Seguem alguns dos principais acontecimentos.

Quarenta anos após o início da primeira onda, pode-se observar um grande número de jornais e revistas de cunho feminista, como O Domingo e O Jornal das Damas, que surgiram em diversas partes do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Apesar da notável manifestação voltada para a educação das meninas nesse período, o peso dos periódicos da época levou Duarte (2003) a considerar a segunda onda muito mais jornalística que literária.

Os nomes que inicialmente se destaca nesse período é o de Francisca Senhorinha da Mota Diniz e de sua filha Elisa Diniz Machado Coelho. A primeira foi responsável pela edição do periódico *O sexo feminino*, que teve "longa vida e muito sucesso" (DUARTE, 2003, p. 6). A primeira fase do periódico, de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, atingiu a tiragem de oitocentos exemplares e teve assinantes em diferentes cidades. Alguns anos depois Francisca Senhorinha muda-se com a filha para o Rio de Janeiro, onde ocorre a segunda tiragem do período, de 1887 a 1889. A terceira fase do periódico, entre 1890 a 1896, também ocorreu no Rio de Janeiro. Nessa nova fase, *O quinze de novembro do sexo feminino*, ao ser renomeado após a Proclamação da República, passa a "defender com mais ênfase o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho, e a denunciar a educação mesquinha oferecida às meninas" (DUARTE, 2003, p. 6). A autora complementa sua discussão ao dizer que:

> o sucesso do periódico pode ser avaliado quando se sabe que foram impressos mais quatro mil exemplares dos primeiros dez números para atender aos ilustres novos assinantes do Rio de Janeiro, como o Imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel (DUARTE, 2003, p. 6).

Segundo Duarte (2003), Elisa Diniz Machado Coelho, filha de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, era também jornalista e autora de romances-folhetim. Influenciada pelos pensamentos da mãe, atuou da mesma forma pelo direito das mulheres no Brasil. Chama a atenção pela fundação do Colégio Santa Isabel que, assim como o Colégio Augusto fundado por Nísia Floresta, era restrito para moças. Ressalta-se aqui o prestígio que o colégio logo obteve na cidade do Rio de Janeiro.

Também outros jornais destacam-se na época, como o *Echo das damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, defendendo a igualdade, o direito da mulher à educação, e divulgando as realizações femininas em outros países. Os Estados Unidos davam os mais aproveitáveis exemplos

dos melhoramentos morais e materiais colhidos por uma nação que não apenas progredia em tecnologia e indústria, mas também cultivava a inteligência das mulheres.

Em 1873 observa-se mais dois jornais que atendiam as "solicitações das brasileiras": *O domingo* e o *Jornal das damas,* que:

> [...] além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, traziam artigos clamando pelo ensino superior e o trabalho remunerado. Divulgavam ideias novíssimas como "a dependência econômica determina a subjugação" e "o progresso do país depende de suas mulheres", apregoadas por incansáveis jornalistas que queriam convencer as leitoras de seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional (DUARTE, 2003, p. 7).

Outro nome de destaque nesse segundo momento é o de Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905). O que chama a atenção para essa jornalista é o "tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e [...] das investidas das mulheres na luta por mais direitos" (DUARTE, 2003, p. 8), claramente visível nas publicações de *A família (*1888 a 1897)*:*

> E assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejado, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela ideia: "fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte *(A família*, ano I).

Duarte (2003) ainda ressalta o:

> intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto, e em incentivar as compatriotas à ação: Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil (DUARTE, 2003, p. 8).

Josefina Álvares também foi uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no Brasil em sua peça, *O voto feminino* - que depois foi publicada em livro - encenada em 1878 no Teatro Recreio. No ano anterior, visitara diversos estados, como Pernambuco, São Paulo e Bahia, com o objetivo de expandir conhecimentos para seu jornal, ao mesmo tempo que divulgava sua campanha defendendo o sufrágio.

Apesar do Rio de Janeiro ter sediado grande parte dos periódicos feministas da época, outros igualmente importantes surgiram, tais como:

- *O corimbo* (Porto Alegre, de 1884 a 1944): jornal fundado pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, nos quais foram publicadas diversas produções literárias de várias gerações de escritoras e escritores. Além disso, também entoando o coro iniciado por Josefina Álvares, as irmãs propagavam ideais sobre voto, educação superior e profissionalização das mulheres. O jornal também divulgava os avanços das mulheres em outros países, numa tentativa de influenciar as brasileiras a fazerem o mesmo.

- *A mensageira* (São Paulo, de 1897 a 1900): revista dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, Duarte (2003) destaca a grande importância que essa revista teve para a luta das mulheres brasileiras: além de sua ampla distribuição no cenário nacional. Em quase sua totalidade havia a defesa da educação superior e textos sobre feminismo. Na edição de 15 de outubro de 1899, foi publicado o texto "O feminismo", sobre a abertura do mercado de trabalho para as mulheres:

> O *Diário popular* acaba de assentar praça nas fileiras do feminismo; e por esse arrojo, não regateamos aplausos à ponderada folha vespertina. O caso da Dra. Mirthes de Campos trouxe para o terreno dos fatos a questão abstrata dos direitos da mulher. E o Dr. Viveiros de Castro mostrou-se, mais uma vez, coerente consigo mesmo. Abrir também ao belo sexo a função da advocacia constitui um simples corolário da liberdade profissional, que a Constituição da República sabiamente consagrou. Não seria congruente que as nossas patrícias pudessem, como podem, conquistar nas academias um diploma cientifico e ficassem, ao mesmo tempo, privadas da eficácia desse diploma, tão duramente conquistado. Com que fundamentos vedariam à mulher o campo da atividade honesta, se a nossa péssima organização social não apode muitas vezes salvar dos horrores da miséria ou das especulações do vício? *A mensageira*, 15/10/1899 (DUARTE, 2003, p. 7).

Nessa época também, além das notícias das primeiras mulheres que conseguiam fazer curso superior, "a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão (DUARTE, 2003, p. 8).

Mesmo com esses pesares, a impressa feminista conseguiu se concretizar como instrumento indispensável para as mulheres. Nas palavras de Dulcília Buitoni[3] tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função "conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer" (DUARTE, 2003, p. 8)

A terceira onda foi um período de grande importância para o movimento feminista, com vários nomes em destaque como o de Bertha Lutz (1894-1976). Era uma voz ativa nas "campanhas pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil" (DUARTE, 2003, p. 10). Seus discursos eram "incansáveis" (DUARTE, 2003, p. 10) e ela estava sempre presente em audiências com parlamentares. Seu famoso texto publicado *Revista da semana*, em 1918, denunciava a opressão das mulheres e propunha a criação de uma associação, que resultou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presente em quase todos os Estados.

Também Maria Lacerda de Moura (1887-1945) estava iniciando sua luta pela "libertação total da mulher", com a publicação de *Em torno da educação*, em 1918, que reafirma a instrução como fator indispensável para a mulher transformar sua vida. Formada pela Escola Normal de Barbacena, desde os primeiros escritos Maria Lacerda revelou interesse pela luta feminina e o sofrimento do povo brasileiro.

Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas logo deixou o grupo para abraçar a causa do operariado. Quando esteve na presidência da Federação Internacional Feminina, propôs a inclusão no currículo das escolas femininas da curiosa disciplina "História da mulher, sua evolução e missão social". Era adepta do amor livre, a favor da educação sexual e contra a moral vigente. Seu livro, *A mulher é uma degenerada?* teve três edições desde 1924, tal a repercussão e a polêmica que alcançou nos meios letrados do país. Escritora lúcida, inteligente e engajada, Maria Lacerda desafiou e enfrentou a sociedade de seu tempo, mantendo-se sempre íntegra e coerente.

Assim como havia um movimento que Duarte (2003) considera "burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações" (p. 10), na década de 20 também surgiu de maneira mais radical um movimento

[3]Pesquisadora reconhecida pela sua trajetória acadêmica e por sua contribuição para o campo do jornalismo. Em sua obra mais conhecida, "Mulher de papel - a representação da mulher na imprensa feminina brasileira", ela discute como a imprensa, especialmente a americana, influenciou na formação da consciência da mulher brasileira.

anarcofeminista que propunha "emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher" (p. 10).

Leolinda Daltro é um dos nomes que lideram um grupo de anarco-feministas. Eram conhecidas por ocupar os espaços públicos para que pudessem atrair atenção as suas solicitações. Dessa forma, conseguiram que o senador Justo Chermont, "apresentasse o primeiro projeto de lei em favor do sufrágio" (DUARTE, 2003, p.10). A autora argumenta que

> tal fato repercutiu tanto, e representou uma ameaça tão expressiva, que os antifeministas do Senado, da Câmara e da imprensa se uniram numa campanha sistemática de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que as apoiavam, conseguindo atrasar o processo e arrastar a campanha do voto até 1928. Os argumentos continuavam os mesmos e expressavam a concepção masculina de família, de lar doméstico – onde a mulher era “rainha – e dos “sagrados” deveres femininos, considerados incompatíveis com qualquer participação na esfera pública (DUARTE, 2003, p.10).

Diva Nolf Nazário também teve voz bastante ativa em defesa do sufrágio, lançando em 1923 o livro *Voto feminino e feminismo*. Era acadêmica de Direito e secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino. Foi autora de vários artigos a "respeito do voto e dos direitos políticos da mulher que haviam sido publicados na imprensa - tais como *A cigarra, Vida moderna, Jornal do commercio* e *Revista feminina*, entre outros" (DUARTE, 2003, p.11).

A terra natal de Nísia Floresta volta à cena quando, em 1927, de maneira emblemática, o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, "antecipou-se à União e aprovou uma lei em seu Estado dando o direito ao voto às mulheres, para regozijo nacional das feministas" (DUARTE, 2003, p.11). A reação dos outros estados foi imediata e as militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino passaram a exigir o mesmo direito.

Em reflexo a essas manifestações, Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso escrevem um manifesto à nação *Manifesto feminista* ou *Declaração dos direitos da mulher*, datado de 1931, que também vem assinado por Clotilde de Mello Vianna, a esposa do Vice-Presidente da República. Segue um trecho:

> As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos são

> interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos pra o outro, e, consequentemente, para a Nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo individuo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; as noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça; sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor (DUARTE, 2003, p. 12).

O Rio Grande do Norte destaca-se, novamente, quando Alzira Soriano (1897-1963), em 1929, é eleita prefeita do município de Lajes, interior do estado, "derrotando o adversário, um conhecido coronel da região, com 60% dos votos, e tornando-se a primeira mulher prefeita da América do Sul" (DUARTE, 2003, p. 12). Bertha Lutz foi quem a indicou para concorrer e sua "eleição repercutiu até no exterior e foi notícia em jornais dos Estados Unidos, Argentina e Uruguai" (DUARTE, 2003, p. 12).

Mesmo com a possibilidade de se candidatar, as mulheres ainda não podiam votar. Em 1932, o presidente Getúlio Vargas inclui no Código Eleitoral esse direito, igualando homens e mulheres, excluindo apenas os analfabetos. O Brasil "passava a ser o quarto país nas Américas, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o voto às mulheres" (DUARTE, 2003, p. 12), mas logo em seguida ele decide suspender as eleições e as mulheres só vão exercer o direito conquistado na disputa eleitoral de 1945 (DUARTE, 2003, p. 12).

. No campo literário, há também algumas autoras feministas que ganharam destaque no período:

- Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975). Em 1921, seu livro *Rito pagão* recebe um prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras. A impressa a descreve como um “triunfo da intelectualidade feminina brasileira. Além de textos

literários, também escrevia para revistas literárias "defendendo a participação da mulher na política, e a igualdade de direitos entre os sexos" (DUARTE, 2003, p. 12). Também foi a primeira mulher escolhida pelo governo do Brasil "para uma missão cultural no exterior, no caso, Montevidéu, em 1932" (DUARTE, 2003, p. 13).

- Gilka Machado (1893-1980): Publicou, em 1918, *Meu glorioso pecado*, um livro de poemas eróticos. Foi considerado um "escândalo por afrontar a moral sexual patriarcal e cristã" (DUARTE, 2003, p. 13). Sua contribuição pode ser observada com a "ruptura dos paradigmas masculinos dominantes e contribuiu para a emancipação da sexualidade feminina" (DUARTE, 2003, p. 13). Por causa disso, seu material foi considerado imoral pelos mais conservadores. Junto com Leolinda Daltro, em 1910, criou o utópico Partido Republicano Feminino.

Algumas publicações sobre Nísia Floresta ainda reverberam na terceira onda e algumas são publicadas durante esse período. Em 1933, no Rio de Janeiro, Roberto Seidl publica *A vida e a obra de uma grande educadora, precursora do abolicionismo, da República e da emancipação da mulher no Brasil*. Em 1938, *A Lágrima de Um Caeté* foi republicado pela Revista das Federações das Academias de Letras como um estudo crítico. Em 1941 um adauto da Câmara publica *Histórias de Nísia Floresta*, que apesar de várias lacunas, esgotou e tornou-se importante fonte de consulta.

Também nesse período, mais especificamente em fevereiro de 1950, o jornalista Orlando Ribeiro Dantas vai à França em busca do túmulo de Nísia Floresta. Após quatro anos de tentativas, em 11 de setembro de 1954, jornais de todo o Brasil noticiaram a chegada de seus restos mortais. Desde então, eles encontram-se no Mausoléu construído em sua homenagem, próximo do sítio Floresta.

Os anos 70 talvez tenham sido a onda mais ousada e que mais profundamente foi capaz de alterar os costumes e "tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal" (DUARTE, 2003, p. 15). Nesse período, no Brasil, de maneira distinta do que ocorreu nos outros países, além das mulheres se unirem contra discriminações, "a conjuntura histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida" (DUARTE, 2003, p. 15).

Da mesma forma que ocorreu em outros lugares, a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto foram bastante debatidos, com o levantamento do lema “Nosso corpo nos pertence”. O que elas faziam eram recuperar o que as anarcofeministas do início do século XX reivindicavam na época. De acordo com a autora:

> O planejamento familiar e o controle da natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. Aliás, o “ficar” das atuais gerações parece ser o grande efeito comportamental desta quarta onda (DUARTE, 2003, p. 15).

Surge a tão importante imprensa voltada para as mulheres e ganham destaque o jornal *Brasil mulher* (1975), criado pelo Movimento Feminino pela Anistia e o periódico *Nós mulheres* (1976), assumido como feminista e que consegue se manter por três anos. A escritora Nélida Piñon chamou a atenção por tomar frente ao governo ditatorial, revelando com coragem suas posições políticas. Ela foi uma das autoras da redação do Manifesto dos 1000 contra a censura e a favor da democracia no Brasil (DUARTE, 2003, p. 17). Ela se tornou a "primeira mulher a tomar posse como presidente da Academia Brasileira de Letras, e apenas bem recentemente declarou-se feminista" (DUARTE, 2003, p. 17). Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras, são escritoras cujos textos e personagens suscitam diversas reflexões nas leitoras.

Observa-se a partir do final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980 que o movimento migra para as universidades, entre alunas e professoras, promovendo, dessa forma, a "institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos" (DUARTE, 2003, p. 17). A importância desse fato está na possibilidade de legitimar "diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários" (DUARTE, 2003, p. 17) trocas entre as pesquisadoras.

Diversos grupos de estudo surgem nesse período, dentre eles:

- Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher da Anpocs,
- Grupo de Trabalho Mulher na Literatura, da Anpoll;
- NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC-RJ;
- Neim – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na UFBA;

- Nielm – Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura, da UFRJ:
- Nemge – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, da USP;

É importante também mencionar as pesquisas de Constância Duarte, que desde os anos 80 até hoje, são continuadas com o objetivo de manter vivo o legado de Nísia Floresta para os direitos da mulher no Brasil. Diversos artigos acadêmicos, bem como livros, ainda são publicados, dentre eles:

- DUARTE, Constância Lima. **As viagens e o discurso autobiográfico de Nísia Floresta**. Matraga (Rio de Janeiro), v. 16, p. 73-87, 2009.

- DUARTE, Constância Lima. **A primeira feminista do Brasil**. Revista do Livro, v. 53, p. 123-128, 2009.

- DUARTE, Constância Lima. **As viagens de Nisia Floresta**: memoria, testemunho e historia. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 16(3), p. 1047-1060, 2008.

- DUARTE, Constância Lima. **Nisia Floresta Brasileira Augusta** - uma ilustre escritora potiguar. Revista da FARN, v. 4, p. 157-166, 2006.

- DUARTE, Constância Lima.; MACEDO, D. C. P. (Org.). **Literatura feminina do Rio Grande do Norte** - de Nísia Floresta a Zila Mamede. Natal: Universidade Potiguar, Sebo Vermelho, 2001. 235p.

- DUARTE, Constância Lima.. **Itinerário de uma viagem a Alemanha**, de Nísia Floresta. Florianopolis: Mulheres; Edunisc, 1998. 208p.

- DUARTE, Constância Lima.. **Nísia Floresta**: vida e obra. Natal: UFRN, 1995. 366p .

Além do importante papel na publicação de livros e artigos, Nísia atuou como educadora, também fundando um colégio voltado para a educação feminina. A escritora brasileira teve a oportunidade de praticar aquilo que idealizava. Provavelmente por esse

motivo, ela seja lembrada ainda hoje como precursora dos ideais feministas em nosso país (CASTRO, 2010).

Atualmente, é possível observar um movimento feminista se espalhando por meio das redes sociais, levando as vozes das mulheres a serem ouvidas globalmente. O movimento que é conhecido como “Me Too” foi fundado em 2006, no Bronx, em Nova York, por Tarana Burke, ativista negra. Seu objetivo era ajudar meninas e mulheres negras, oriundas de comunidades de baixa renda e sobreviventes de violência sexual a “encontrar caminhos para a cura”. Burke afirma que

> Nossa visão desde o início era abordar os recursos em sobreviventes de violência sexual e construir uma comunidade de defensores, impulsionada por sobreviventes, que estarão na vanguarda da criação de soluções para interromper a violência sexual em suas comunidades (BURKE, 2018).

Esse movimento regional transformou-se em nacional quando a hashtag #metoo e viralizou nas redes sociais, apenas seis meses depois da criação do Me Too por Tarana Burke. A hashtag proporcionou que o diálogo sobre violência sexual, que antes era restrito a comunidades pobres e locais, atingisse comunidades de todas as classes sociais e avançasse sobre barreiras nacionais e expandisse para virar uma comunidade global que ajudasse a “desestigmatizar o ato de sobreviver, destacando a amplitude e o impacto da violência sexual em todo o mundo” (BURKE, 2018). Nas suas palavras, Tarana Burke diz que:

> Nosso trabalho continua a se concentrar em ajudar aqueles que precisam para encontrar pontos de entrada para a cura individual e galvanizar uma ampla base de sobreviventes para interromper os sistemas que permitem a proliferação global da violência sexual. Nosso objetivo também é reformular e expandir a conversa global em torno da violência sexual para falar às necessidades de um espectro mais amplo de sobreviventes. Pessoas jovens, estranhas, trans e deficientes, mulheres e meninas negras e todas as comunidades de cor. Queremos que os perpetradores sejam responsabilizados e queremos que as estratégias implementadas sustentem mudanças sistêmicas e de longo prazo (BURKE, 2018).

O movimento "Me Too" afirma o empoderamento através de empatia e ação baseada na comunidade, o trabalho é liderado por uma sobrevivente e em comunidade visam acabar com a violência sexual.

Na América Latina, mais especificamente na Argentina, o movimento "Ni Una Menos" surgiu também como forma de lutar por igualdade de gênero. Iniciado em 2015, Cecília Palmeiro, sua fundadora, afirma categoricamente que atualmente estamos vivendo a quarta onda do movimento feminista e que esta onda é "tipicamente latino-americana" (PALMEIRO, 2017):

> Nossas palavras de ordem, "nem uma a menos", foram traduzidas e usadas na Coreia e na Polônia. Estamos travando diálogo com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências e aprender umas com as outras (PALMEIRO, 2017).

O movimento na Argentina começou a promover greves gerais e a se unir a outros movimentos, como a Women's March, que foram organizadas em algumas cidades americanas para protestarem contra a eleição do presidente americano Donald Trump. Na verdade, a Greve Geral que promove a paralisação das mulheres argentinas tem sido organizada pelo movimento logo após o assassinato da adolescente Lúcia Perez, que tinha apenas 16 anos e que em novembro de 2016, em Mar del Plata, foi violentada:

> A greve de mulheres não é só uma greve trabalhista, é uma greve existencial. Nosso trabalho não dura oito horas. O trabalho doméstico, de cuidados com a casa e os filhos, não é reconhecido como trabalho sob a desculpa de que é feito com amor. Então, numa greve de mulheres, a grande questão é marcar que a nossa mão de obra é desvalorizada no mercado de trabalho e invisibilizada dentro de casa. Na Greve Internacional, fomos às ruas pela primeira vez conscientes do nosso lugar na cadeia produtiva global. Durante a greve, a mensagem que queríamos passar era clara: "Se não nos valorizam, produzam sem nós". Por isso, passamos o dia sem cozinhar, limpar a casa, cuidar ou produzir. Esse é um passo grande para discutir a relação entre os nossos corpos e o capital. As transformações pessoal e política andam juntas, mas começam dentro de casa. A greve de mulheres pode ter sido um pontapé inicial para repensar a divisão sexual do trabalho e o funcionamento da casa. Aos homens que manifestaram interesse em apoiar o Paro, sugerimos que ficassem em casa, cumprindo as tarefas que normalmente eram de responsabilidade de suas esposas, mães e irmãs. Então coube a eles cozinhar, limpar e dar banho nos filhos, ainda que por um único dia no ano. Alguns homens, inclusive, organizaram pequenas creches para acolher os filhos das vizinhas que estariam na greve. Essa é a melhor forma de apoiar a luta das mulheres: dividindo tarefas [...] (PALMEIRO, 2017).

A proposta do movimento argentino é que suas ações partam da arte e atinjam o político. O próprio nome do movimento – Ni una menos – foi retirado de uma poesia da escritora mexicana Susana Chávez, assassinada em 2011, depois de denunciar casos de violência contra mulheres.

Cecília Palmeiro também fala sobre o movimento feminista no Brasil:

> [...] eu vejo as mulheres no Brasil muito bem organizadas nos últimos anos, especialmente após o golpe e a crise do PT. De lá para cá, as mulheres brasileiras viveram momentos muito marcantes e significativos para o feminismo latino-americano: a Marcha das Margaridas e o Por Todas Elas [contra a cultura do estupro, em junho de 2016]. A coisa está acontecendo. (PALMEIRO, 2017).

Entretanto, desde 2018, o nome que tem dominado as movimentações no Brasil é o de Marielle Franco. A filósofa e ativista norte-americana Angela Davis descreveu que "o feminismo negro de Marielle Franco visava entender e transformar o mundo". Além de ativista, ela era vereadora eleita em 2016 pelo Rio de Janeiro. Em 14 de março de 2018, ela foi assassinada ao sair de um coletivo feminista.

Essa fala foi realizada durante a conferência "Feminismos Negros nas Américas: Um tributo à ativista política Marielle Franco", organizada pelo Brazil LAB e pelo Instituto Princeton de Estudos Internacionais e Regionais, nos Estados Unidos.

O feminismo de Marielle focava na mulher negra. De acordo com Davis:

> os feminismos negros de hoje estão se movendo em direção a uma abordagem universal, com ênfase na comunidade. O feminismo negro nos convoca a reimaginar nossas conexões, nossas relações e como elas podem ser expressas nas estruturas obsoletas do Estado-nação capitalista. [...] (DAVIS, 2019 apud MARTINELLI, 2019).

Sobre Marielle, ela ainda afirma que

> continua sendo um farol de esperança para as pessoas que, ao redor do mundo, acreditam profundamente na possibilidade iminente de uma transformação radical no Brasil, nas Américas e em todo o planeta (DAVIS, 2019 apud MARTINELLI, 2019).

Percebe-se, portanto, que uma publicação literária ocorrida há mais de 180 anos repercute ainda hoje na forma de um movimento social que não existe apenas do Brasil, como também em outros países, especialmente nos Estados Unidos e América Latina. É possível observar com análise da história do feminismo que, para isso ocorrer, a literatura,

bem como a tradução, existem de maneira harmônica e complementar, de forma a se fortalecerem e estabelecerem bases fundamentais de subsídios teóricos para o próprio movimento. Esse movimento que existe no Brasil teve início com a publicação de *Direito das mulheres e injustiça do homens* em 1832. Nos próximos capítulos, o referido livro, bem como o contexto de sua publicação, será melhor analisado e discutido.

2.3 Visão Geral

Neste capítulo, será realizado um panorama geral, no âmbito dos Estudos de Tradução, das ideias de Christiane Nord (2016) e suas teorias sobre seus modelos de tradução, bem como, no campo da Análise Crítica do Discurso, da proposta de análise tridimensional do linguista inglês Norman Fairclough (2003), as quais guiarão a elaboração da análise e cotejo de *Woman not inferior to man* e *Direito das mulheres e injustiça dos homens*.

Apesar dos Estudos da Tradução inicialmente proporem as Teorias de Equivalência para os processos de tradução, as teorias que envolvem propósitos da tradução se encaixam melhor para a intenção de análise desta dissertação visto que o objetivo deste trabalho é avaliar não apenas o texto em si mas principalmente analisar o contexto no qual a tradução de Nísia Floresta foi proposta. No caso da obra “Direito das Mulheres e injustiça dos homens” há vários detalhes que acompanham sua publicação que justificam a realização deste processo tradutório, tais como a criação de uma onda feminista junto a ele, o contexto da autoria e publicação do texto original de Sophia, bem como a errônea citação de Mary Wollstonecraft como obra de referência na tradução.

Não há dúvidas de como o público - ou receptor - é fundamental durante o processo tradutório, especialmente quando lidamos com "pressupostos de conhecimento e ambiente sociológico" (NORD, 2016, p. 97). No caso da análise da tradução de Nísia, talvez, seja muito mais importante o estudo dos fatores de recepção que as prováveis adaptações para a tradução do texto. Uma rápida análise do contexto onde a escritora nasceu e vivia fornece um panorama do público a quem ela escrevia.

Do ponto de vista do linguista alemão Hans Joseph Vermeer (2000), em sua proposta da Teoria do Escopo, o tradutor é a pessoa responsável por uma tradução, até mesmo para traduções de partes de um texto. Ele comenta que qualquer forma de ação

tradutória conduz a um "texto alvo" ou *translatum* (ou seja, o texto traduzido resultante), como uma variedade particular de texto alvo. Dessa forma, *Direito das mulheres* pode ser considerado um texto alvo - ou um *translatum*, que teria como texto original *Woman not inferior to man.*

Ainda seguindo a teoria do referido autor, quando um texto fonte é composto, ele apresenta, originalmente, uma situação específica para a cultura fonte. Quando há a realização da tradução desse texto, o *translatum*, ela é orientada para a cultura alvo, sendo necessário, portanto, que adequações sejam realizadas para essa cultura.

A estudiosa alemã da tradução Christiane Nord (2016) corrobora esse fenômeno ao afirmar a necessidade de observar além das características do público do texto fonte, as características do público receptor do texto fonte. Vale ressaltar que Nord (2016) sugere não apenas a existência de uma razão para produzir um texto, como também uma ocasião.

Apesar de um texto traduzido possuir propósito e função primários de comunicação, uma tradução vai além desse simples ato de comunicação (VENUTI, 2000). Venuti complementa afirmando que a linguagem é:

> constituída de pensamento e é significação de um lugar de múltiplas determinações; portanto a tradução é prontamente vista como o emprego de significação doméstica a um texto em língua estrangeira. (VENUTI, 2000, p. 468, tradução minha).

Ao contrário do que propõem as teorias de Equivalência Natural, que basicamente partem da ideia de que

> aquilo que podemos dizer em uma determinada língua pode ter o mesmo valor (mesmo peso ou função) quando for traduzido para outra língua. A relação entre o texto de partida e a sua tradução será de equivalência (igual valor), onde "valor" pode estar no nível da forma, da função ou em algum nível intermediário entre elas (PYM, 2017, 27).

Essa é uma maneira mais “simples”, puramente linguística, de ver o processo tradutório, cujos “valores podem ser os mesmos” (PYM, 2017, 28) independentemente da língua que se esteja tratando. Ainda que relevemos, por exemplo, o princípio da equivalência natural, que significa “que não faz diferença se traduzimos a partir da língua

A para a língua B ou vice-versa: em ambos os sentidos pode-se alcançar o mesmo valor" (PYM, 2017, 28) e analisemos a equivalência "direcional", em que há certa direcionalidade, resultando em "decisões ativas realizadas pelos tradutores" (PYM, 2017, 25) que, na verdade, visa analisar possíveis compensações que serão assimétricas. Pym (data, p. 28) afirma que "uma vez que os tradutores devem decidir como irão traduzir, nada garante que duas traduções do mesmo texto sejam iguais"

Esse não é o tipo de teoria que justifica a análise da situação cultural e social como o que é estudado neste trabalho. Spivak, por exemplo, ressalta (2000, p. 409) a importância do processo de construção de significado, que a linguagem também permite que "coisas façam sentido, que nós mesmos façamos sentido" e que, dessa forma, torna possível a produção de identidade, sendo este o foco principal do movimento feminista, conforme tópico 2.2.

Para entender uma sociedade, é preciso compreender a importância que a utopia carrega como uma forma de se interpretar essa mesma sociedade. Se a utopia é a expressão daquilo que falta, da experiência de ausência em qualquer dada sociedade ou cultura, analisar as aspirações utópicas geradas por uma sociedade é um passo necessário para entender essa mesma sociedade como um todo. Dessa forma, se há aspirações utópicas feministas numa sociedade, podemos entender que falta algo às mulheres nessa mesma sociedade (LEVITAS, 2001). Nesse sentido, Nísia Floresta é um ótimo exemplo de como a tradução pode funcionar como instrumento de empoderamento e de apoio ideológico ao movimento feminista.

Nos próximos subtópicos, são discutidas as teorizações de Norman Fairclough (2003) e Christiane Nord (2016) e, no capítulo 4, essas teorias serão utilizadas para análise de *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, de Nísia Floresta.

2.4 Modelos de tradução de Christiane Nord

Christiane Nord (2016) sugere um modelo funcionalista de análise textual orientado para a tradução. Sobre esse modelo, Nord comenta que "uma ação é dirigida por uma intenção" supondo que "existe um livre arbítrio e a possibilidade de escolher entre duas ou mais formas de comportamento, uma das quais é considerada mais adequada que a outra com vista à finalidade" (NORD, 2009, p. 215). Ainda sobre o modelo, ela argumenta:

> A intenção é definida do ponto de vista do emissor, que deseja atingir um propósito específico com seu texto. No entanto, a melhor intenção não garante um resultado perfeito, especialmente quando há uma grande distância (temporária, local, cultural, etc.) entre situações de emissor e receptor, respectivamente. [...] o receptor usa o texto para uma função específica, de acordo com suas próprias expectativas, necessidades, bagagem geral e condições situacionais. Em um caso ideal, a intenção do emissor encontra seu fim, de modo que a intenção e a função seriam então análogas ou mesmo idênticas. Mas, como sabemos, a realidade às vezes está longe do ideal (NORD, 2009, p. 215).

Em seu livro *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicações didáticas* (2016), ela sugere que toda tradução precisa de alguém que necessite de uma tradução, ou seja, o proponente "iniciador", e de um tradutor, para realizar o trabalho. Entretanto, essa não é a regra geral, sendo possível, em alguns casos, que o iniciador e o tradutor sejam a mesma pessoa.

Nesse ponto do processo, ela determina algumas condições e elementos para o processo de ação tradutória em si. Sendo guiada por um conceito de tradução funcional, ela argumenta:

> [...] um processo de ação tradutória é geralmente iniciado por um cliente ou "iniciador" (INI), que contrata um tradutor (TRD), uma vez que ele necessita de certo texto alvo (TA) para um destinatário ou receptor determinado (R-TA) Pode também acontecer de precisamente ser o iniciador quem queira entender na língua alvo (LA) um determinado texto fonte (TF) escrito em uma língua fonte (LF) por um <u>autor</u> inserido em uma cultura fonte (CF), ou ainda transmitido por <u>um emissor</u> desta língua fonte (E-TF) (NORD, 2016, p. 22).

Da mesma forma que o iniciador e o tradutor podem ser pessoas diferentes, Nord (2016) ressalta que, em alguns casos, o produtor do texto (P), que, na verdade, produz o texto, pode ser diferente do emissor (E), que transmite um texto para veicular certa mensagem. No caso do Produtor e do Emissor serem a mesma pessoa, quando "são responsáveis por cada elemento da formulação" ela os chama de "autores" - nem como emissores, nem como produtores de texto. Nord afirma que:

> [...] a distinção entre emissor e produtor do texto de partida precisa ser feita. Se um especialista em produção textual é convidado a escrever um texto para o emissor original, pode acontecer uma incoerência entre a intenção do emissor e a efetiva realização pelo produtor do texto. Ainda assim, o emissor pode conceder ao produtor do texto um certo espaço de criatividade estilística, que pode então ser refletida em aspectos internos do texto, mas nem por isso retratar a intenção do emissor. Uma vez que o processo de ação tradutória tenha sido iniciado, o tradutor pode ser considerado o receptor momentâneo do TF mesmo que ele não seja previsto como destinatário, pois textos normalmente não são concebidos para tradução, mas sim produzidos para um grupo de receptores mais ou menos definidos (NORD, 2016, p. 22).

Após a definição do iniciador, tradutor, produtor e emissor, a etapa seguinte sugere a análise dos destinatários do texto fonte (TF). Para Nord (2016), eles são muito importantes para a situação do texto. Mesmo que eles não possuam nenhum papel ativo no processo de tradução em si, as características que o produtor/autor do texto fonte pode escolher irá influenciar no que ele considere que o destinatário esteja esperando. Em consequência disso, os efeitos da recepção do TF podem também fazer parte do *skopos* do texto alvo (TA).

Os elementos e componentes essenciais do processo de ação tradutória são, em ordem cronológica:

> produtor do TE, emissor do TF, texto fonte, receptor do TF iniciador, tradutor, texto alvo, receptor do TA. Estes são os papéis comunicativos que podem, na prática, ser representados por um mesmo indivíduo. Por exemplo, o próprio autor do TE o receptor do TA ou mesmo o tradutor podem agir como iniciadores de uma tradução (NORD, 2016, p. 24).

No processo geral, Nord (2016, p. 24) também referencia alguns fatores que considera não essenciais, tais como "outras pessoas ou instituições que eventualmente

estejam envolvidas no processo da ação tradutória", e que serão identificados como espaços vazios ou lacunas [X].

Ela considera que a interpretação "é uma forma especial de tradução" (p. 25) pois será necessário um receptor do TF (R-TF), do tradutor e do receptor do TA (R-TA). No caso da tradução de textos escritos, que normalmente possuem lugar em uma situação diferente, mesmo que o meio através do qual o texto seja transmitido permaneça o mesmo, "o emissor do TE, o TF e os receptores do TA estão separados pelo tempo e espaço, e sua comunicação é uma comunicação de um único sentido, a qual não permite retroalimentações" (NORD, 2016, p. 26).

Outra questão que envolve textos escritos é a sua aplicação em novas situações, que, conforme a autora ressalta, é "um processo que pode mudar completamente sua função ou suas funções" (NORD, 2016, p. 26). No caso da tradução, é necessário que o texto seja adequado para uma nova situação da cultura alvo, tendo o tradutor de considerar os fatores e componentes do original:

> Uma vez que, na comunicação escrita, o emissor e o receptor estão geralmente separados no tempo e no espaço, temos que fazer uma distinção entre a situação da produção do texto e aquela da recepção do texto, seja na cultura fonte (CF) ou na cultura alvo (CA). Na CF temos que distinguir entre a recepção original e a recepção do tradutor, exceto nos casos em que o texto original é produzido especificamente como um texto fonte, ou seja, apenas para tradução. Como esses textos não têm destinatário na CF, à faixa de recepção da CF do modelo será então atribuído o valor de zero (NORD, 2016, p. 26).

Para finalizar o diagrama que representa o processo de ação tradutória, Nord ainda inclui uma situação do texto fonte (SIT_F) e uma situação do texto alvo (SIT_A), que são divididas em produção e recepção do texto. Normalmente, nos casos em que a tradução se dará por meio escrito, a recepção do texto fonte e a produção do texto alvo pelo tradutor podem coincidir em tempo e lugar.

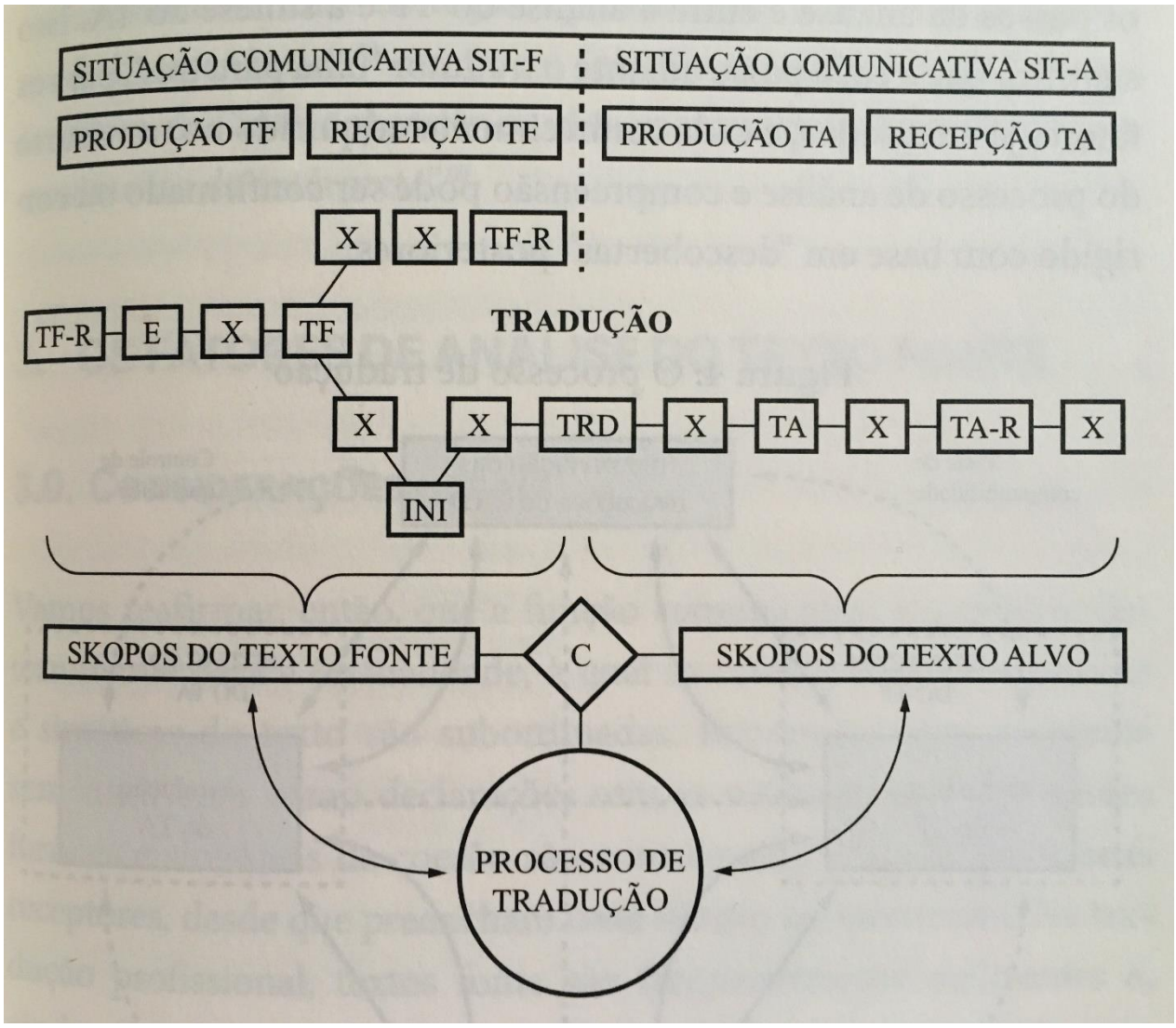


Figura 3: O processo de ação tradutória de acordo com Christiane Nord

2.4.1. O papel do iniciador

O papel do iniciador é fundamental para todo o processo tradutório pois ele será responsável pelo fator necessário para dar início e indicar o curso de todo o processo. A não ser que, evidentemente, o papel do iniciador seja feito pelo tradutor, o receptor do TA.

Todo o processo tradutório só ocorrerá porque se pressupõe que o iniciador tem um propósito comunicativo com o texto alvo. De acordo com Nord:

> A recepção do texto alvo pelo iniciador, ou por qualquer outra pessoa à qual o texto alvo possa ser passado, depende desse propósito, que determina os requisitos que devem ser preenchidos pela tradução. Exemplo[...] um editor britânico quer lançar um best-seller no mercado por meio da tradução de um romance francês para o inglês (NORD, 2016, p. 24).

Caso haja, de fato, um propósito determinado para o qual a tradução será adequada, ela "deve satisfazer determinados requisitos, os quais são os encargos de tradução. Os encargos consistem de uma definição prospectiva (explícita ou implícita) da situação alvo, a qual chamamos de *skopos* do texto alvo". (NORD, 2016, p. 28).

No caso dos iniciadores não serem os tradutores, entende-se que eles não são peritos no processo de tradução e, portanto, incapazes de fazer quaisquer exigências a respeito do TA. Entretanto, eles terão em mente o propósito daquela tradução. Então, será papel do tradutor, especialista na cultura alvo, converter o que o iniciador lhe fornecer de informações para "uma definição viável do *skopos* do TA" (NORD, 2016, p. 29). A autora complementa ao afirmar que:

> O ponto principal sobre a abordagem funcional é o seguinte: não é o texto fonte como tal, ou seu efeito sobre o receptor do TE ou a função que lhe foi atribuída pelo autor, que determinam o processo de tradução, tal como postulado pela teoria da equivalência, mas sim a função pretendida ou o *skopos* do texto alvo, tal como determinado pelas necessidades do iniciador. Este ponto de vista corresponde à Skopostheorie de Vermeer (NORD, 2016, p. 24).

Vale ressaltar que mesmo o iniciador sendo a pessoa a definir o *skopos* do TA, e que não seja “capaz de formular encargos tangíveis” (NORD, 2016, p. 29), o tradutor será o único responsável pela tradução, bem como ainda por decidir se é possível realizar a tradução que o iniciador solicita. Concluindo, "é o tradutor, e não o iniciador, o especialista em tradução"(NORD, 2016, p. 29).

Informações sobre os fatores situações de recepção previstos no TA, tais como o(s)público(s), tempo e lugar de recepção, meios, etc. devem ser fornecidas sempre que possível visto que a função do texto é determinada pela situação em que ele serve. Ou seja , " a função do texto alvo não é alcançada automaticamente a partir de uma análise do texto fonte, mas é pragmaticamente definida pelo propósito da ação tradutória" (NORD, 2016, p. 30).

De acordo com Reiss e Vermeer, informações sobre o público (contexto sociocultural, expectativas para o texto, influenciabilidade, etc.) são fundamentais para o tradutor pois "quanto mais clara e definitiva for a descrição do público do TA, mais fácil será para os tradutores tomarem suas decisões no curso do processo de tradução" (NORD, 2016, p. 30).

Em vista dessa estrita orientação voltada ao público, pode muito bem ser que os tradutores tenham informações mais detalhadas sobre "seu" público do que o próprio autor, considerando que os leitores podem ser encontrados não apenas na cultura fonte, mas, no caso de uma tradução posterior, também nas respectivas culturas alvo.

2.4.2. O papel do tradutor

É possível observar no diagrama do processo da ação tradutória que o tradutor (TRD) está na posição central. Isso ocorre porque ele será tanto um receptor do texto fonte, como também produtor do texto alvo. O TRD terá função tanto na situação do TF (SIT_F), quanto na situação do TA (SIT_A). Apesar disso, eles não podem ser considerados "participantes normais" (NORD, 2016, p. 24) no processo de comunicação, pois:

> [...] enquanto atuam em sua função como tradutores, eles não pertencem ao grupo dos destinatários para o qual o TF é direcionado pelo emissor em uma situação comunicativa normal. Isto também se aplica quando o TF for produzido apenas para uma tradução, ou seja, para o público alvo (NORD, 2016, p. 24).

Nord afirma que, "do ponto de vista do emissor, o tradutor pode ser comparado a um escritor fantasma, que produz um texto a pedido e para o uso de outrem" (NORD, 2016, p. 24). Eles serão considerados um tipo muito especial de receptor. Ainda da ótica do emissor, isso se dá porque eles recebem o texto em uma situação muito peculiar. Por meio de sua tradução, o tradutor irá transmitir certas informações que serão extraídas do texto fonte. Os tradutores:

> [...] não lêem o texto em virtude de seus próprios propósitos (ou seja, para se informar, ou para se divertir, ou para saber como utilizar uma nova máquina). Ao contrário de um professor que lê certo livro com o propósito de preparar a sua palestra, ou um crítico literário que lê um romance para escrever uma resenha sobre ele, os tradutores não têm, por assim dizer, "necessidades pessoais" para ler o texto.

> Eles lêem o TF no lugar do iniciador, ou algum outro receptor que pertença a uma cultura alvo que pode ser bastante diferente da cultura fonte (NORD, 2016, p. 24).

No que tange o processo de recepção, a autora afirma que este será influenciado especialmente pelas informações obtidas junto ao texto fonte ou, caso não haja esse tipo de situação, as informações terão que ser deduzidas pelo próprio tradutor. Portanto, a recepção poderá ser influenciada por esse saber, "ainda que eles [receptores] façam o seu melhor para receber o texto do modo mais imparcial possível" (NORD, 2016, p. 26). Mas, vale lembrar que, de qualquer forma, "a maneira como o texto acontece" tem em vista "as necessidades comunicativas do iniciador ou do público do TA" como se a leitura do texto fonte tivesse sido feita "pelo olhar do outro" (NORD, 2016, p. 26). Ela ainda complementa esse argumento:

> Além disso, como um crítico literário ou um linguista, o tradutor profissional nunca vai ler um texto a ser traduzido de forma ingênua ou intuitiva, mas terá como objetivo uma análise crítica, global e de boa compreensão orientada para a tradução. Tradutores profissionais leem cada novo TF à luz de sua experiência como leitores críticos e tradutores. Essa experiência constitui um quadro no qual se integram as conclusões de cada nova recepção de TF. Na formação de tradutores, esse olhar profissional deve ser cultivado.

A recepção do texto também será determinada pelas competências do receptor. O tradutor como receptor (idealmente) é bicultural, o que significa que tem um domínio perfeito tanto da cultura fonte quanto da cultura alvo (incluindo as línguas), e possui uma competência de transferência que inclui habilidades de recepção e produção do texto, a utilização de ferramentas de tradução e capacidade de "sincronizar" a recepção do TF e a produção do TA. Seu domínio da cultura fonte (CF) deve permitir a reconstrução das possíveis reações de um receptor da CF (caso o *skopos* do TA exija uma "imitação das funções do TF pelo texto alvo), enquanto que seu domínio da cultura alvo (CA) deve permitir que se antecipe às possíveis reações de um receptor do TA, verificando-se assim a adequação funcional da tradução que produz.

A situação particular de os tradutores terem de simular uma condição comunicativa não determinada por suas necessidades pessoais, mas pelas de outra pessoa, produz as condições especiais de produção do TA. O tradutor não é o emissor da mensagem do TA, mas sim um produtor do texto na cultura alvo, que se apropria da intenção do emissor ou do iniciador para produzir um instrumento comunicativo para a

cultura alvo, ou um documento para a cultura alvo a partir de uma comunicação da cultura fonte.

No próximo item, serão discutidos os aspectos da Análise Crítica do Discurso na linha da teorização desenvolvida por Norman Fairclough. Esta, juntamente com a teoria de tradução de Christiane Nord, complementam-se de maneira satisfatória para elaboração de uma análise crítica acerca do contexto e publicação de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*.

2.5 Análise do discurso por Norman Fairclough

A proposta de uma Análise Crítica do Discurso – “Critical Discourse Analysis” - deu-se em resposta à linha de “Discourse Analysis”, de viés funcionalista, desenvolvida por Halliday. Segundo o linguista inglês Norman Fairclough, haveria, na linha funcionalista de análise, uma carência de viés genuinamente crítico, ao não levar em consideração os aspectos de ideologia e hegemonia que, derivando da teorização de autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, o linguista inglês passa a incluir em seu modelo de análise.

Em "Analysing discourse" (2003), Fairclough propõe que os textos devem ser analisados como eventos sociais, em uma abordagem tridimensional. Se as ações de escrever e falar são consideradas como formas de agir em eventos sociais, então, quem atuaria nesses eventos - os agentes sociais - não podem ser considerados livres ou isentos de participação nos referidos eventos. Haverá sempre algum tipo de construção social associada a eles e, por isso, serão responsáveis por dar aos textos o que ele denomina "textura".

Os eventos sociais não existem sozinhos. Há uma mediação - ou práticas sociais, como ele identifica - que une os eventos sociais e o que o autor descreve como sendo estruturas sociais. Estas seriam entidades abstratas, tais como classes sociais, linguagem ou estruturas econômicas que, por meio da mediação (que varia dependendo da situação, mas que o autor ilustra como podendo ser práticas de ensino e gestão educacional em instituições, por exemplo), podem influenciar nas ocorrências dos eventos sociais. Portanto, de maneira geral, tem-se que: a estrutura social envolve forças ideológicas e hegemônicas; as práticas sociais, as ordens do discurso; e os eventos sociais, os textos.

Como observado, as práticas sociais são responsáveis por articular o discurso com elementos sociais não-discursivos, que podem ser de diversos tipos. Fairclough (2003) afirma que elas podem ser observadas como uma articulação entre os seguintes elementos: "ação e interação, relações sociais, pessoas (com diferentes crenças, atitudes, histórias, etc), o mundo material e o discurso" (p. 34). Para sua teoria, conforme dito anteriormente, é importante apenas saber que, para as práticas sociais, o discurso estará associado a algum tipo de elemento social não-discursivo.

Dessa forma, entende-se que as práticas sociais irão definir modos particulares de agir, influenciando nas formas de moldarem os eventos sociais. Embora Fairclough

(2003) afirme que isso não seja uma regra - os eventos podem mais ou menos divergir dessas definições e expectativas, influenciadas pelas ações dos agentes sociais), de maneira geral, os eventos sociais serão vistos como moldados pelas práticas sociais, ou, pelo menos, parcialmente, moldados.

2.5.1. Discurso como elemento de práticas sociais

De acordo com Fairclough (2003), o discurso pode ser representado de três maneiras na prática social: gêneros (formas de ação); discurso (modos de representação) e estilos (modos de ser). Os gêneros, ou formas de ação e interação, podem ocorrer por meio da fala ou da escrita. Assim, o discurso é primeiramente representado como "parte da ação", sendo possível identificar diferentes tipos de gêneros como diferentes formas de ação do discurso. O discurso está figurado em representações que são sempre parte de práticas sociais - podendo ser representações do mundo material ou outras práticas. Em terceiro lugar, está o estilo, sendo este o comportamento que resulte em maneiras de ser ou em identidades particulares ou sociais.

Segundo o autor, analisar um texto como parte de eventos específicos significa que estamos fazendo duas coisas interconectadas: olhá-los em termos dos três aspectos do significado - ação, representação e identificação - e como são observadas nos vários aspectos do texto (vocabulário e gramática, por exemplo); e criar conexões entre eventos sociais concretos e práticas sociais mais abstratas ao perguntarmos quais gêneros, discursos e estilos são encontrados aí e como eles se articulam no texto.

Continuando suas análises, Fairclough sugere que as relações que existem entre gêneros, discursos e estilos apresentam características dialetais. Citando Foucault, ele aponta a complexidade em cada um: a representação teria ligação com conhecimento, bem como com "controle sobre coisas"; ação, sobre relações com outros e poder, e a identificação implicaria a ligação consigo mesmo, ou seja, a ética e os sujeitos morais, sendo estes responsáveis pela representação de significados no contexto em si.

Apesar de, didaticamente, esses três aspectos serem separados com objetivo de análises, todos eles estão intimamente ligados entre si. Fairclough explica que podem ser vistos da seguinte maneira: há uma relação envolvendo as pessoas no evento, suas relações com conhecimentos e com outros (relações de poder) e as relações com eles mesmos (como sujeitos morais).

Representações (discurso) podem ser concebidas por modos de Ação e Relação (gêneros) e em modos particulares de identificação (estilos). Então, de acordo com Fairclough, temos o seguinte esquema, que aponta para uma relação complexa, de influências recíprocas, entre as diferentes instâncias:

- Gêneros - significados acionais;
- Estilos - significados identificacionais;
- Ações e identidades: significados representacionais.

2.5.2. Mediação

Essa é a relação que há entre textos e eventos sociais que possuem algum tipo de mediação. No caso de livros impressos, escritos por uma ou mais pessoas, amplamente dispersos pelo tempo e espaço, o texto irá conectar eventos sociais diferentes. Nesse caso, colocando a escrita do livro de um lado e os muitos e variados eventos sociais de leitura (pode ser uma passada da vista até mesmo referenciá-lo) do livro do outro, o texto irá conectar diferentes tipos de eventos sociais.

Citando Silverstone (1999), Fairclough explica que a mediação envolve "movimento de significado"- de uma prática social para outra, de um evento para outro, de um texto para outro. Ela não implica, dessa forma, textos individuais ou tipos de textos, mas o que ele chama de "cadeias" ou "networks" de textos.

Existe um relação bastante regular e sistemática entre algumas delas. As sociedades modernas envolvem-se em práticas sociais de diferentes domínios ou campos da vida social (economia, educação, etc), atravessando diferentes escalas da vida social (global, regional, nacional e local).

2.5.3. Gênero e governança

Gêneros são importantes pois são responsáveis por sustentar a estrutura institucional da sociedade contemporânea - estruturas entre o governo, negócios, universidade, mídia, etc. Fairlclough cita Bjerke (2000) para explicar que podemos pensar essas instituições para interligar elementos de governança da sociedade. Ao se referir a "governança", Fairclough a associa a uma procura por maneiras de gerenciar a vida social, podendo às vezes ser chamada de "networks", "parcerias", entre outros.

É possível contrastar gêneros de governança com práticas de gênero, gêneros que figurem em fazer coisas mais do que governar o modo como as coisas são feitas. De acordo com Bernstein 1990, Chouliaraki e Fairclough (1999):

> Os gêneros de governança são caracterizados por propriedades específicas de recontextualização - a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outro, colocando o primeiro no contexto do segundo e transformando-o em formas particulares no processo

De acordo com Bernstein (1990, *apud* Fairclough 2003) "recontextualização" é um conceito desenvolvido na sociologia da educação que pode ser frutiferamente operacionalizado, colocado em uso na análise do discurso e de texto. É possível representar a recontextualização da seguinte forma: um movimento de apropriação, transformação e colonização. Este termo seria uma terminologia que tem como foco as relações sociais de poder em governança das quais essas recontextualizações são uma parte.

Seriam gêneros de governança os gêneros promocionais, que, de acordo com Fairclough, têm o objetivo de "vender" mercadorias, marcas, organizações ou indivíduos. De acordo com Wernick (1991 *apud* Fairclough, 2003) um aspecto do novo capitalismo é a imensa proliferação de gêneros promocionais que constitui uma parte da colonização de novas áreas da vida social pelos mercados. O capitalismo envolveria uma imensa proliferação de gêneros promocionais que constitui uma parte da colonização de novas áreas da vida social pelos mercados.

Fairclough exemplifica afirmando que os gêneros de governança geralmente têm a propriedade de ligar diferentes escalas: o local e particular ao nacional/regional/global e geral. O que isso indica é que os gêneros são importantes sustentando não apenas as relações estruturais entre, por exemplo, a academia e negócios, mas também as relações escalares entre o local, o nacional, o regional e o "global". Então, mudanças em gêneros são pertinentes tanto para a reestruturação como para o reescalonamento da vida social no novo capitalismo.

Muita ação e interação nas sociedades modernas é "mediada". A ação (inter) mediada é "ação a distância", ação que envolve participantes que estão distantes um do outro no espaço e / ou no tempo, o que depende de algumas tecnologias de comunicação (imprensa, televisão, internet, etc.). Os gêneros de governança são essencialmente gêneros mediados especializados para "ação a distância". De acordo com Silverstone, 1999, *apud* FAIRCLOUGH, 2003) o que geralmente é chamado de "mídia de massa",

pode ser utilizado aqui como exemplo. Um gênero midiático como a televisão recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como política e governo, e por sua vez é recontextualizado nos textos e interações de diferentes práticas, incluindo, crucialmente, a vida quotidiana, onde contribui para a formação de como vivemos e os significados que damos a nossas vidas.

No capítulo 3, em que será realizada a análise da obra em estudo, será possível observar como o trabalho de Nísia Floresta coloniza o discurso de Sophie de acordo com seus interesses feministas.

2.5.4. Abordagem relacional para análise de texto

A análise interna das relações dos textos inclui exame de:

- Semântica: analisa o significado das relações entre palavras e expressões mais longas, entre elementos de orações, entre orações e entre sentenças, e sobre trechos maiores de texto (Allan 2001, Lyons 1997).
- Gramática e vocabulário: aborda relações entre "morfemas" em palavras, entre palavras em frases, entre frases dentro cláusulas e entre orações nas frases;
- Vocabulário: Relações de colocação, ou seja, padrões de co-ocorrência entre itens de vocabulário (palavras ou expressões).
- Relações fonológicas: Relações na linguagem falada, incluindo padrões prosódicos de entonação e ritmo; relações grafológicas em linguagem escrita

O nível do discurso é o nível em que as relações entre gêneros, discursos e estilos são analisadas, chamadas de relações "interdiscursivas"; é um nível intermediário, um nível mediador entre o texto em si e seu contexto social (eventos sociais, práticas sociais, estruturas sociais). Discursos, gêneros e estilos são elementos de textos e elementos sociais. Eles podem aparecer organizados juntos em relações interdiscursivas, ou seja, em que diferentes gêneros, discursos e estilos podem ser "misturados", articulados juntos de formas específicas. Como elementos sociais, eles são articulados de formas particulares em ordens de discurso - os aspectos linguísticos das práticas sociais em que a variação da linguagem é socialmente controlada. Eles fazem a ligação entre o texto e outros elementos do social, entre as relações internas do texto e suas relações externas.

2.5.5. Intertextualidade e pressupostos

As relações "externas" de um texto são relações entre um texto e outros textos que são "externos" a ele, fora dele, mas de alguma forma trazidos para ele. Fairclough complementa afirmando que a intertextualidade é a presença de elementos reais de outros textos em um texto, como citações.

O autor também liga a intertextualidade com pressupostos (“assumptions”), nos quais ele inclui tipos de implícitos que são geralmente distinguidos na literatura de pragmática linguística como pressupostos, implicações lógicas ou implicâncias e implicaturas. Ele afirma que os textos fazem pressupostos pois o que é "dito" é "dito" contra um pano de fundo do que é "não dito", mas tomado como dado. Conforme acontece com a intertextualidade, os pressupostos conectam um texto a outros textos, ao "mundo dos textos".

Portanto, segundo Fairclough, tanto a intertextualidade quanto o pressuposto podem ser vistos como reivindicações da parte do "autor", ou seja:

> [...] a alegação de que o que é relatado foi realmente dito, que o que é assumido foi de fato dito ou escrito em outro lugar [...] As pessoas podem erroneamente, ou desonestamente, ou manipulativamente fazer tais afirmações implícitas - afirmações podem, por exemplo, ser manipulativamente passadas como pressupostos, declarações pode ser erroneamente ou desonestamente atribuída a outros.

No capítulo 3 também serão levantados alguns pontos referentes às mensagens que supostamente Nísia Floresta tinha como intenção incluir em seu discurso.

2.5.6 A esfera pública e Hegemonia

De acordo com Fairclough (2003), é possível que a diferença seja considerada na esfera pública. Citando Habermas (1984 *apud* FAIRCLOUGH, 2003), o autor descreve o que seria a esfera pública:

> [...] uma zona de conexão entre sistemas sociais e o "lifeworld", o domínio da vida diária, na qual as pessoas podem deliberar sobre questões sociais e políticas que sejam de interessa aos cidadãos e, em princípio, influenciar decisões políticas (HABERMAS, 1984 *apud* FAIRCLOUGH, 2003, p. 53)

Ao trazer de volta para a discussão as questões sobre cenários, Fairclough sugere que, para se resolver debates na esfera pública, deve haver "abertura para aceitação do reconhecimento da diferença", bem como "exploração da diferença, como no "diálogo" no sentido mais rico do termo"; e a "tentativa de resolver ou superar a diferença - visando alcançar um "acordo" diante das discordâncias" (FAIRCLOUGH, 2003, p. 57)

De fato, essa ideia reflete o que Nísia Floresta tinha como proposta em *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, especialmente no que tange o público alvo de sua obra. Tais questões serão discutidas mais adiante, no capítulo 4.

Além da esfera pública, Fairclough também discorre sobre Hegemonia. Sobre o tópico, ele descreve o que seria hegemonia, explicando que esse termo é resultante da teoria do marxismo associada à teoria do filósofo italiano Antonio Gramsci (Gramsci, 1971). Seria, portanto, a política:

> [...] vista como uma luta pela hegemonia, um modo particular de conceituar o poder que, entre outras coisas, enfatiza como o poder depende do consentimento ou, pelo menos, da aquiescência, e não apenas dos recursos para usar a força e da importância da ideologia. na manutenção de relações de poder (GRAMSCI, 1971 *apud* FAIRCLOUGH, 2003).

Essa teoria de Fairclough, anteriormente discutida, pode ser diretamente relacionada com o conteúdo do manifesto, especialmente no que se refere à manutenção de relações de poder, que provocava a discrepância de direitos entre homens e mulheres. Apesar de Fairclough discorrer rapidamente sobre o tópico, é possível desenvolver essas ideias e trazê-las para o contexto da obra aqui em análise.

A partir do próximo tópico, as teorias de Nord e Fairclough serão utilizadas para análise do manifesto de Nísia Floresta,

3. DIREITO DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS

3.1 As três versões: observações iniciais

Oliveira e Martins (2010) sinalizaram em seu artigo que o texto original utilizado por Nísia Floresta escrever a versão em português não foi a versão em inglês - *Woman not inferior to man* (1739) - mas sim a versão em francês, *La femme n'est pas inférieure à l'homme*, de (1750).

Elas afirmam tal fato pois Nísia Floresta era "tradutora do par de línguas francês-português", além das "próprias diferenças encontradas na tradução em relação ao texto original inglês" (OLIVEIRA E MARTINS, 2010, p. 31). Na tabela a seguir, é possível comparar trechos das três obras e perceber, por meio de certos indícios, que a tradução foi realizada com base no texto em francês.

If a celebrated Author had not already told us, that there is nothing in nature so much to be wondered at as THAT WE CAN WONDER AT ALL; it must appear to every one, who has but a **degree of understanding above the idiot**, a matter of the greatest surprize, to observe the universal prevalence of prejudice and custom in the minds of the Men.	Se un Auteur célèbre n'avoit point avancé, qu'il n'y a rien dans la Nature de si surprenant que de voir les hommes capables de surprise ; **pourroit-on, à moins que d'être entiérement dépourvu de bon sens**, ne pas être extrêmement étonné du pouvoir que les préjugés & la coutume ont sur l'esprit des hommes.	Se um autor célebre não tivesse proferido que nada existe na Natureza tão admirável como ver os homens capazes de espanto, poderia alguém, ao menos o que não fosse **inteiramente falta de bom senso,** deixar de admirar o poder que o prejuízo' e o costume têm sobre o espírito humano?
Quanto ao excerto acima, observa-se que, Na versão em inglês, a descrição do nível de conhecimento é mais sarcástica e áspera, indicada pelo trecho "a degree of understanding above the idiot".		

Essa frase é apresentada de forma diferente em francês, imprimindo mais formalidade ao discurso em "dépourvu de bonsens", mantida em português - "falta de bom senso".		
We know we have reason, and are sensible that it is the only prerogative nature has bestow'd upon us, to lift us above the sphere of sensitive animals: And the same reason, which **points us** out our superiority over them, would light us to discern the superiority of Men over us, if we could discover in them the least degree of sense above what we ourselves possess.	**Nous n'ignorons pas que nous avons la raison** ; c'est la seule prérogative que la Nature nous ait donnée pour nous élever audessus de la sphére des animaux sensitifs : cette même raison qui **nous fait sentir** notre supériorité sur eux , nous apprendroit aussi celle des hommes de nous, si nous pouvions découvrir en eux le moindre degré de sens audessus de ce que nous en avons;	**Não ignoramos que temos razão**; esta é a única prerrogativa que a Natureza nos concedeu para elevar-nos acima da esfera dos animais sensitivos; esta mesma razão **que nos faz sentir** a superioridade que temos sobre eles, nos mostraria também a dos homens sobre nós, se pudéssemos descobrir neles o menor grau de senso acima do que temos;
Nesse parágrafo, há a troca da afirmativa "We know" em inglês pela negativa "Nous n'ignorons pas" em francês e "Não ignoramos" em português, conferindo ênfase ao restante da frase "que temos razão", similar nas três obras. Há também na obra original "points us out", cujos correspondentes em francês "nous fait sentir" e em português "nos faz sentir".		
Is not this the case with most of the Men, our clergy not excepted?	Voilà précisement le cas dans lequel se trouvent la plus grande partie des hommes: les Juifs, les Mahometans ,	Eis aqui precisamente o caso em que se acha a maior parte dos homens: os Judeus, os Maometanos, os Pagãos, todos se

	les Payens, tous se conduisent de même.	conduzem da mesma maneira.
Na versão em inglês, tem-se o termo "clergy". Nas versões em francês e português, o referido termo é trocado por " les Juifs, les Mahometans, les Payens" e "os Judeus, os Maometanos, os Pagãos", respectivamente.		

Após análise comparativa entre as duas obras, da qual fornecemos alguns exemplos, percebe-se que há diferenças pontuais entre as versões inglesa e francesa, enquanto as versões em francês e em língua portuguesa são mais similares entre si. Esse estudo é importante para este trabalho pois corrobora e detalha estudos anteriores (Oliveira e Martins, 2012), que mostram que Nísia Floresta realizou sua tradução tendo a versão em francês.

Da mesma forma que é possível ver diferenças entre as versões em inglês e em francês, é possível também observar algumas disparidades entre a versão francesa e a versão em língua portuguesa. Apesar do trabalho da Nísia Floresta apresentar, em sua maioria, mais similaridades com a versão francesa, algumas ocorrências se dão no sentido de adaptar a versão em português para o público alvo da escritora - sob a ótica de análise feminista proposta neste trabalho.

Essas ocorrências podem ser observadas quando as obras em francês e português são colocadas lado a lado:

FRANCÊS	**PORTUGUÊS**
La femme n'est pas inférieure à l'homme	Direito das mulheres e injustiça dos homens

No título em francês, diferenciando da versão em inglês, há "n'est pas", causando maior efeito categórico à frase. Em português, são incluídas as palavras "direitos" e "injustiça", causando maior desnivelamento nos significados.	
Si les femmes sont naturellement propres aux Emplois Militaires, ou non?	Se as mulheres são naturalmente próprias, ou não, para os empregos
Em português, a retirada de "militares" ao referir-se a "empregos" torna a frase mais abrangente e confere maior destaque ao problema de forma generalizada	
De même les Sauvages qui habitent les Pays inconnus des Indes , & qui, soit dit en passant, ne sont pas d'une autre espece que nos hommes d'Europe , faute de connoître le méchanisme d'une Montre , sont portés à croire que des esprits invisibles y sont renfermés, & en font agir les ressorts.	Da mesma sorte, os Selvagens que habitam os países desconhecidos das Índias e que são da mesma espécie que nos outros, faltos de conhecimento do mecanismo de um relógio, crêem que os espíritos invisíveis estão dentro dele e fazem parar todas as suas molas.
"D'Europe" retirado do original, permanecendo apenas "outros" em português, dentro da mesma tendência à generalização, apontada acima.	
Or, qui sont-ils, sinon les femmes qui se chargent, généreusement & sans intérêt du soin de nourrir les hommes dans leur enfance? C'est d' après ce principe que l'on regarde les Princes comme les premieres personnes de l'Etat.	Ora, as mulheres, encarregando-se generosamente e sem interesse, do cuidado de educar os homens na sua infância, **são as que mais contribuem para esta vantagem, logo são elas que merecem um maior grau de estima e respeito públicos**. Partindo deste princípio é que se olham os príncipes como as primeiras pessoas do Estado.
A inclusão do trecho “são as que mais contribuem para esta vantagem, logo são elas que merecem um maior grau de estima e respeito públicos” na versão em português provoca maior exaltação do que é tratado nesse parágrafo na medida da explicitação do que aparece implícito na pergunta retórica em língua francesa.	

O título é a porta de entrada para o texto e apresenta grande diferença. Vale ressaltar também uma pequena, mas significativa mudança entre os títulos em inglês e francês, pois neste lê-se "n'est pas" dando ênfase à frase, porém numa ideia complementar em relação ao que se propõe o título original em inglês. De maneira diferente, no título em português, são incluídas as palavras "direitos" e "injustiça". Nota-se que há um desvio do significado do título em inglês e em francês, claramente com informações - ou talvez possa se falar em observações - pessoais de Nísia Floresta. O título em português antecipa, muito mais que os outros títulos, problemáticas que serão o foco da discussão nas obras.

Vale notar que o paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), é bastante propício para subsidiar nas questões que aqui se apresentam, na medida em que aponta para a função dos detalhes e particularidades para o reconhecimento das obras originais.

Ao propor que a análise não se baseie em atributos mais óbvios, mas nos pormenores (1989), o paradigma indiciário propõe que são justamente esses pormenores que irão conferir uma certa obra a um determinado autor, visto que esses detalhes irão caracterizar uma obra, diferenciando-a de outras.

Essa análise é interessante nessa discussão pois percebe-se que algumas mudanças do texto, do francês para o português, foram não somente pontuais, como também bastante pertinentes, uma vez que, de modo geral, a tradução apresenta-se fiel ao original.

Ao propor que uma obra torna-se única justamente devido às particularidades – ou aos “dados aparentemente negligenciáveis” (GINZBURG, 1989, p. 152) – entende-se que a versão em português é um texto único, provavelmente criado com a intenção de uma tradutora cujo “minucioso conhecimento de uma realidade” (Ginzburg, 1989, p. 152) justificava escolher tais alterações em sua versão em português.

Nesse caso, seria uma interpretação focada em detalhes aparentemente pequenos (Ginzburg, 1989) mas que torna compreensível do aparente ponto de vista de Nísia Floresta, visto que, conforme a escritora anunciava, seria um texto “livremente inspirado” em Mary Wollstonecraft, originalmente criado para ser focada em um público brasileiro – mais especificamente os intelectuais frequentadores da academia -, para falar sobre direitos das mulheres. Ao se referir ao ponto de vista indiciário dos historiadores, mas

que cabe perfeitamente nesta situação, o historiador italiano afirma que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural” (Ginzburg, 1989, p. 157).

Portanto, pode-se julgar que os detalhes aparentemente pequenos não foram colocados ali de maneira arbitrária – como por exemplo o título de alguns capítulos que se apresentam diferentes do original, bem como a ênfase dada em alguns pontos específicos - mas com o propósito de criar um texto feminista adaptado ao contexto do Brasil do século XIX. Nos próximos capítulos, com as teorias de Christiane Nord e Norman Fairclough, será possível analisar melhor o provável propósito que Nísia Floresta tinha em mente ao realizar essa tradução e entender por que ela escolheu *Woman not inferior to man* como original de sua discussão sobre direitos das mulheres.

3.2 Analisando a tradução de Nísia Floresta na linha do pensamento de Norman Fairclough

Com base na teoria de Fairclough, existem diferentes tipos de gêneros como diferentes formas de (inter)ação do discurso. No caso de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, identifica-se manifesto (de cunho panfletário). Em relação ao discurso, identifica-se que, na obra em estudo, a temática se volta para a crença de que as mulheres são inferiores aos homens, opondo-se a ela.

Continuando a trazer a teoria de Fairclough (2003) para a análise da obra de Nísia Floresta, nota-se que o autor destaca a observação da representação no discurso, ou seja, quando há relação entre duas ideologias que entram em confronto hegemônico e contra hegemônico. Na obra em estudo, há um texto no qual duas entidades principais podem ser destacadas - os homens e as mulheres, de maneira geral - bem como as substanciais diferenças existentes entre os dois do ponto de vista das ideologias sociais que os cercam: ao "sexo" feminino são negados direitos que, ao "sexo" masculino são garantidos: a criação dos filhos e os cuidados do lar, para as mulheres; a possibilidade de serem líderes de governo, de trabalharem e assumirem outros cargos públicos, para os homens. Esse confronto de ideologias pode ser observado, por exemplo, com o seguinte trecho do Capítulo VI, no qual é possível observar questionamentos sobre o trabalho militar:

> Eu não sei por que razão é mais admirável ver uma mulher com a lança na mão, do que com uma coroa sobre a cabeça; assistindo a um Conselho de Guerra do que a um Conselho de Estado? Por que não poderá ela aparecer na frente de um exército, assim como presidir a um Parlamento, ou comandar sobre o mar, assim como reinar sobre a terra? Quem poderia impedi-la de tomar o governo de uma armada com tanta firmeza e segurança, como o de uma Nação? Por que não poderia exercitar os seus soldados, por as suas tropas em ordem de batalha, dividir as suas forças em batalhões e esquadrões na terra e no mar? A arte militar não tem mistérios particulares que as mulheres não possam penetrar: uma mulher é tão capaz como um homem de se instruir por meio de um mapa dos bons e maus caminhos, dos rumos seguros ou perigosos e das posições próprias para um acampamento. Quem poderá impedi-la de se pôr a par de todos os estratagemas da guerra; da maneira de bater o inimigo, de retirar, meditar uma surpresa, formar emboscadas, fingir avançadas e retiradas, dar falsos ataques, sustentar os bons, animar os soldados e de ajuntar o exemplo à persuasão? A persuasão, a coragem e o exemplo são a alma da vitória. Ora, quando

> sua honra se interessa, as mulheres fazem ver tanta intrepidez e valor, quanta é precisa para atacar ou defender uma praça. Não se acha diferença real na constituição interna e externa dos homens e das mulheres, senão pela parte dos membros destinados à geração. As diferenças que aí se encontram não são suficientes para concluir que um sexo seja naturalmente mais forte que o outro e mais capaz de suportar as fadigas da guerra. Não há entre as mulheres diferentes graus de força, assim como entre os homens? Não se encontram fortes e fracos em ambos os sexos? Os homens educados na ociosidade e moleza são mais fracos que as mulheres; e estas, endurecidas pela necessidade são frequentemente mais fortes do que eles Basta ir a Chelsey para convencer-se que as mulheres podem melhor acostumar-se às fadigas de uma campanha, e suportar todo o horror da guerra, do que os homens os mais bravos. O que tem contribuído muito a confirmar nos homens o prejuízo em que estão da fraqueza natural das mulheres, é o modo ordinário de falar, a que este erro vulgar tem dado lugar. Quando se pretende exprobar a um homem a falta de coragem, chama-se-lhe "afeminado"; quando se pretende exaltar a coragem d uma mulher, diz-se "é um homem" (FLORESTA, pp. 79-80)

No que tange à relação discursiva do texto, ou seja, à ação que envolve, segundo o autor, a produção e distribuição do texto, a tradução de *Woman not inferior to man* ou de *La femme n'est pas inférieure à l'homme*, de acordo com a dedicatória da obra em português, foi, primeiramente, dirigida às brasileiras e, em seguida, aos acadêmicos brasileiros, seu público, de fato, e os que seriam capazes de ler, discutir e difundir os ideais que ela tanto almejava. Sobre esse tópico, mais será discutido no Capítulo 3, sob a ótica da teoria de Nord.

A forma como a mensagem foi dita, ou seja, os termos utilizados para fazer a tradução, seria o que Fairclough classificaria como identificação. No texto de Nísia Floresta, tem-se a linguagem escolhida para ser utilizada na versão em português como uma maneira de autoidentificação, ou seja, o estilo, de acordo com Fairclough. Ainda nesse tópico, cabe a discussão de como a intertextualidade poderia influenciar a tradução que a brasileira fez. Nesse caso, haveria uma suposta sobreposição das vozes de Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta, visto que a indicação em seu livro era de uma tradução livre, inspirada em *Vindication of the rights of woman*:

> Qual é o objeto que **nós** não **possamos** tratar, sem ofender à decência? Quando **falamos** do bem e do mal, sabe-se muito bem que **estamos** em estado

> de conduzir a um e desviar do outro os homens os mais obstinados, por pouco que seus espíritos sejam susceptíveis de raciocinar e capazes de seguir um argumento. Esse caráter de retidão que tem todo **nosso** exterior, quando **falamos**, faz **nosso** poder de persuadir inda mais vitorioso. Certamente se **temos** uma eloquência mais comunicável que a sua, nós **devemos** ser, ao menos como eles, tão capazes das ciências; e se não **nos** veem nas cadeiras das universidades, não se pode dizer que seja por incapacidade, mas sim por efeito da violência com que **nos** se sustentam nesses lugares em **nosso** prejuízo, pelo menos deve-se reconhecer nisto, que **temos** mais modéstia que eles e menos ambição. [...] Na verdade, **nós** lhes **cedemos** a **nosso** turno a arte de inventar os termos bárbaros, de embaraçar uma cura pelo número de remédios e de aumentar a pena de uma moléstia com as despesas que lhes causam. Mas **nós** podemos imaginar e **temos** mesmo inventado, sem o recurso de Galeno e Hipócrates, uma infinidade de remédios para as moléstias, que nem os melhores autores têm podido aperfeiçoar, nem desaprovar (FLORESTA, pp. 79-80).

O autor ainda ressalta que a capacidade de influenciar ou controlar processos de mediação é um aspecto de poder importante nas sociedades contemporâneas. Entretanto, as obras citadas ocorreram em outras épocas, mas sempre no âmbito de um grupo de intelectuais. Essa situação encaixa-se perfeitamente no que Fairclough classifica como "cadeia de gêneros": possuem significado particular pois são gêneros diferentes ligados entre si, envolvendo transformações sistemáticas de um gênero do discurso a outro. Uma característica é a possibilidade de ações que transcendem diferenças entre espaço e tempo, conectando eventos sociais em diferentes práticas sociais, países diferentes e tempos diferentes, facilitando a capacidade de "ação à distância". Apesar dessas características se encaixarem no caso da tradução de Nísia Floresta, Fairclough ressalta que a globalização contemporânea é a maior responsável por facilitar o exercício de poder. O texto original, de Sophia, aborda tópicos que, mesmo um século depois de sua publicação, ainda eram questões de discrepâncias de direitos entre homens e mulheres, como a impossibilidade de estudos e trabalhos fora de casa. Dessa forma, percebe-se, que o texto de Sophia não foi aleatoriamente escolhido para sua tradução.

A questão da governança está diretamente ligada ao que Nísia Floresta gostaria de alcançar com seu trabalho, ou "maneiras de gerenciar a vida social", de acordo com Fairclough (2003, p. 42). A literatura era o meio pelo qual Nísia Floresta poderia falar

sobre seus anseios pelos direitos das mulheres. Ela seria, portanto, seu gênero promocional, que através de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, a autora brasileira pôde "recontextualizar" as questões de poder existentes na época. Por que haviam se estabelecido diferenças entre homens e mulheres? Sob quais justificativas? A obra em inglês, *Woman not inferior to man,* traz algumas das crenças existentes na época, que viriam a se encaixar perfeitamente no contexto brasileiro. A tradução seria, portanto, a recontextualização de uma situação dada como naturalizada na época, por uma parte da sociedade. As mulheres seriam a outra parte, que não tinha explicações para aceitar as justificativas dadas, sendo justamente pessoas desse grupo a se manifestar. Sob o seu ponto de vista, questionar as "injustiças" da época contra as mulheres, sob o ponto de vista delas - de que não havia justificativa para estabelecer diferenças entre os "sexos" - e que ambos eram merecedores de "direitos" iguais.

As intertextualidades e pressupostos nas obras podem ser observadas desde os títulos, que mudam nas três obras, mas que sofre maior alteração - e talvez, impacto - na versão em português. Entra nessa discussão o que Fairclough (2003, p. 39) afirma: "os textos fazem suposições pois o que é 'dito' o é contra um pano de fundo do que é 'não dito', mas tomado como dado".

Além disso, cabe nesse tópico, relembrar a "travessura" que Nísia Floresta fez ao afirmar que *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* seria uma tradução livre de *Vindication of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft. Fairclough (2003, p. 40) afirma que "as pessoas podem erroneamente, ou desonestamente, ou manipulativamente fazer [...] afirmações implícitas, [...] ser manipulativamente passadas como suposições, [...] erroneamente ou desonestamente atribuída a outros"

Com base nas afirmações em destaque, podemos traçar outra ponderação sobre o livro em análise. Não simplesmente desonestamente, mas provavelmente manipulativamente, foi a ideia que Nísia Floresta teve ao incluir em sua obra que esta seria uma "tradução livre" de Miss Godwin - ou Mary Wollstonecraft. Por questões um tanto óbvias - há tanto de certeza na importância do nome desta autora, já em sua época, como há de incertezas sobre quem possa ser a pessoa por trás do pseudônimo de Sophie, em pleno século XXI. A escolha da inclusão do nome da autora britânica, sem dúvida, no entender desta pesquisadora, foi pensando numa forma de atribuir maior credibilidade ao seu trabalho, visto que *Direito das mulheres e injustiça dos homens* foi sua primeira obra e, antes disso, sua voz e desejos feministas ecoaram apenas por leitores do jornal *O espelho das brasileiras*.

Vale ressaltar também uma pequena, mas significativa mudança entre os títulos em inglês e francês, quando neste lê-se "n'est pas" dando ênfase categórica à frase, porém numa ideia complementar em relação ao que se propõe o título original em inglês. De maneira diferente, no título em português, são incluídas as palavras "direitos" e "injustiça". Nota-se que há um desvio do significado do título em inglês e em francês, claramente com informações - ou talvez possa ser falar em "observações" - pessoais de Nísia Floresta. O título em português antecipa, muito mais que os outros títulos, problemáticas que serão o foco da discussão nas obras.

Ainda com base em Fairclough, é necessário destacar como o texto e sua teoria – no que tange a prática discursiva com a prática social. Para o autor, eles formam três dimensões que se sobrepõem e se completam. Na imagem a seguir, é possível observar como funcionaria concepção tridimensional de Fairclough, que em suas palavras é "indispensável para a análise do discurso" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

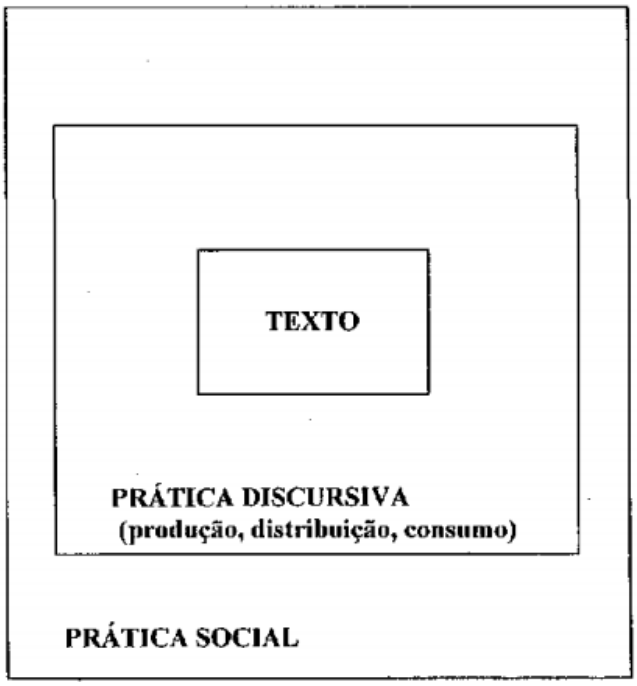


Figura 4: Ilustração da teoria tridimensional de Norman Fairclough

A análise da obra realça algumas questões de adaptações do texto de Nísia Floresta para o português, como por exemplo, a omissão de alguns termos que passam a impressão de um texto voltado para o público originalmente brasileiro bem como a inclusão de frases

que provocam mais impacto ao que está sendo discutido. A consequência desses fenômenos está intimamente ligada à prática social que a brasileira tinha em mente, ou seja, questões políticas e ideológicas.

A dimensão textual e prática social estão conectadas pela dimensão da prática discursiva. (FAIRCLOUGH, 2001). Se a prática discursiva envolve todo o contexto extratextual, há alguns fatores importantes que podem ser considerados: conforme ela mesma indica, *Direito das mulheres e injustiça dos homens* é um livro "livremente inspirado" na obra de Mary Wollstonecraft. Apesar de não ser uma informação verdadeira, é tida como proposital visto que o manifesto dessa escritora repercutiu pelo mundo e poderia chamar a atenção para sua obra. Além disso, na dedicatória, ela enfatiza que escreveu o livro tendo os pensadores brasileiros como foco.

Portanto, é bastante provável que ela via ali a chance de finalmente disseminar no Brasil seus ideais feministas e, dessa forma, contribuir para alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres - de modo que estas pudessem estudar, trabalhar e serem independentes dos homens.

3.3. Analisando a tradução de Nísia Floresta sob a ótica de Nord

O foco deste item é comentar, sob a ótica das teorias da tradução descritas anteriormente, como Nísia Floresta atuou como tradutora para a produção de *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. O foco será adaptar os modelos sugeridos por Vermeer e Nord e descritos no capítulo anterior. Por exemplo, por que não cabe nesse caso separar iniciador, emissor e tradutor, conforme propõe Nord.

Há alguns passos que Nord sugere quando o tradutor se encontra diante um texto a ser traduzido:

1) Primeiramente, ir em busca do *skopos* do TF, que, em suas palavras, seria "os fatores que são relevantes para a realização de certo propósito pelo TA em uma dada situação SITA"(NORD, 2016, p. 70);

2) Em seguida, é necessário que seja realizada análise do texto fonte. A partir daí, pode-se tomar dois passos: na primeira parte, o tradutor precisa "ter uma ideia geral sobre se o material fornecido pelo texto fonte é compatível (c) com as exigências do encargo" (NORD, 2016, p. 70). Caso nãos seja suficiente, talvez seja necessária uma "análise mais detalhada e abrangente de todas as categorias do texto, concentrando-se a atenção sobre os elementos do texto que, segundo o *skopos* do TA, são de particular importância para a produção do texto alvo" (NORD, 2016, p. 70).

3) Para a parte final, há a necessidade de "identificar os elementos ou características relevantes à tradução do TF que serão, se necessário, adaptados em seguida para o *skopos* do TA" (NORD, 2016, p. 71).

Neste estudo, entretanto, são existentes tanto o TF como o TA. Contudo, como a discussão sobre *Direito das mulheres* sempre foi em relação à sua "tradução livre" da obra de Mary Wollstonecraft e, apenas recentemente, o foco tem sido sobre a sua tradução integral de um outro texto, a ideia aqui é discutir o propósito de cunho feminista que Nísia Floresta tinha em mente quando decidiu por essa "travessura literária" (PALLARES-BURKE, 1995, p. 175) de traduzir Sophie mas referenciar Mary Wollstonecraft.

De maneira um pouco diferente do que sugere Nord, que elabora um "manual" que visa o estudo de toda a situação que levará à tradução como produto final, este trabalho propõe a análise, aplicando o modelo da referida autora, de outros fatores que puderam interferir na ação tradutória, visando a interface desses com questões utópico-feministas relativas às duas obras.

Ainda de acordo com a autora e sua teoria, existem fatores dentro da situação comunicativa que são fundamentais para entender o processo de tradução. Por meio dos fatores extratextuais será possível investigar questões acerca do contexto no qual se fundamenta o propósito da tradução, e intratextuais, para explorar o texto em si. A aplicação dessas bases teóricas, tanto intra como extratextuais, é importante para a identificação das questões sobre direitos das mulheres em questão.

Ao sugerir uma estrutura sistemática para a análise extratextual, Nord (2016) ressalta a importância da "situação histórica" (p. 81) para que possamos entender o que ela chama de "mundo de um texto" (p. 81). Em outras palavras, quando se decide por uma tradução, há sempre motivações maiores que irão conduzir todo o processo, entendendo-se assim que o texto não nascerá desprendido de um contexto.

3.3.1. Elementos intratextuais

3.3.1.1 Assunto

Nord considera que o "assunto" é um dos tópicos mais importantes quando se trata de análise da tradução, ressaltando que nem sempre será sob esse título que ele aparecerá, tal como o faz Reiss (1984, apud Nord, 2016) ao referir-se a este tópico como "Sobre o que o emissor fala?".

A primeira sugestão de Nord (2016) para o tradutor analisar o assunto é viável quando se imagina que um texto terá um escopo específico na língua alvo. Portanto, se um assunto é consistente ao longo de toda a obra é porque o texto é, de fato, coerente. Se há variações na temática, pode se tornar um problema para o tradutor e, consequentemente para o receptor – e escopo - daquela tradução.

Não há dúvidas de que Nísia Floresta tinha total conhecimento do assunto abordado na obra original, visto que ela, além de tradutora, também se encaixa no papel da iniciadora da tradução. Havia também percepção de que "direitos das mulheres" era um assunto que precisava ser levado para as rodas de discussões dos intelectuais literários, seguindo uma onda de manifestações ocorridas em outros países, como o próprio manifesto de Mary Wollstonecraft sugere.

Além de analisar a coerência do assunto, o tradutor também precisa analisar se a inserção do assunto em um contexto cultural específico será relevante. Nord (2016) sugere que um contexto cultural pode variar do "quase realista ao não muito realista, ao utópico etc" (NORD, 2016, p. 153). Essa descrição se encaixa perfeitamente na óbvia

proposta que essa tradução apresentava, principalmente nas questões utópicas que ela abordava.

O viés utópico que Nísia Floresta buscava pode ser explicado pelo que Spivak (2000, p. 397) pensa, ao escrever que o papel do(a) tradutor(a) feminista "é considerar linguagem como uma dica para o funcionamento da agenda de gênero". Apesar de não haver o termo “gênero” na época, Nísia Floresta buscava por algo utópico que ainda não existia no Brasil, que eram direitos para as mulheres.

De acordo com Cavalcanti (2003), a utopia para o movimento feminista é tida como ponto central. É possível perceber que justamente o que caracteriza o feminismo é o que o conecta ao princípio da utopia: a crítica ao presente e projeção de um futuro alternativo, o qual é tratado aqui, especificamente, no que diz respeito às mulheres em relação ao movimento feminista. Talvez não seja eventual que o próprio termo "feminismo" tenha sido sugerido pelo francês Charles Fourier, um pensador socialista utópico do século XIX.

Além do contexto, Nord argumenta que o tradutor também tem que analisar se possui conhecimento especializado para realizar aquela tradução, de modo a compreender o que precisa para o processo tradutório (desde conhecimentos terminológicos a questões envolvendo pesquisa sobre o assunto). Isso retoma, ainda que brevemente a discussão sobre qual o original em que Nísia Floresta se baseou para fazer sua tradução – apesar das claras diferenças entre a versão em inglês e francês - visto que, com base nas informações biográficas a seu respeito, sua educação foi mesmo voltada para a língua francesa na escola de freiras onde estudou quando mais nova.

A análise do título também é discutida por Nord de duas maneiras: a primeira é que, antes de tudo, a análise do título já pode dar alguma sugestão do que trata um texto. No caso da obra em análise, especialmente a versão do título em português, fica bastante claro do que trata o manifesto:

LA FEMME N'EST PAS INFÉRIEURE À L'HOMME
DIREITO DAS MULHERES E INJUSTIÇA DOS HOMENS

A inclusão dos termos “direito” e “injustiça” no título em português torna esse título praticamente uma síntese do que se propõe a obra: falar sobre as injustiças que são impostas pelos homens no que tange reprimir as mulheres em sociedade. A segunda maneira de analisar o título é olhar sua função. A autora sugere que, caso ele seja

suficiente, que se faça a tradução literal, o que não que ocorre na versão em português, visto que quando se compara com o original, em francês, percebe-se o quão bem mais genérico o título é. Nord defende que os títulos sejam descritivos, de modo que possam adiantar o assunto tratado na obra.

Ainda sobre o assunto, ela defende a conexão entre leitores e assunto, de modo que para que os receptores do texto compreendam, é necessária associação entre a "nova informação trazida pelo texto ao conhecimento de mundo já armazenado" (NORD, 2016, p. 158). Essa associação corrobora, mais uma vez, o fato de Nísia Floresta ter referenciado Mary Wollstonecraft em seu texto. Esse assunto será retomado no próximo tópico que aborda "conteúdo", bem como no tópico "Público e Motivo", nos Elementos Extratextuais

3.3.1.2 Conteúdo

Para Nord (2016), a dificuldade em se identificar sobre o que trata um texto é praticamente nula quando o tradutor está familiarizado com a língua do original. É justamente o caso de Nísia Floresta, que tinha plenos conhecimentos do francês, conforme anteriormente discutido aqui.

Reiss (1974 apud Nord, 2016, p. 161) sugere que o conteúdo deva ser analisado de modo a "explicar fatos ou objetos de referência no texto". Seguindo essa linha de pensamento, Nord sugere algumas perguntas que podem guiar o tradutor a "suscitar informações relevantes" (p. 169) sobre conteúdo: 1. Como os fatores extratextuais são verbalizados no texto? 2. Quais as unidades informacionais no texto? 3. Existe uma distância cultural entre a situação externa e a interna? (p. 169)

O conteúdo do livro reflete perfeitamente os problemas enfrentados pelas mulheres na época da publicação da tradução. Na forma de um manifesto, cada capítulo expressa uma reivindicação justa no que diz respeito ao contraste de direitos entre homens e mulheres. Portanto, a situação externa segue bem alinhada com a interna, mais uma vez corroborando a ideia de que Nísia Floresta tinha total conhecimento, tanto da língua, como do conteúdo, bem como do contexto no qual seu livro seria publicado.

O feminismo, lendo-se como a busca por direitos para as mulheres, é um movimento que, em si mesmo, pode variar dependendo da realidade de uma determinada

comunidade (CAVALCANTI, 2001), pois as manifestações e necessidades de uma podem não ser a mesmas de outras. Na publicação de Nísia Floresta, ao longo dos seis capítulos referenciados no manifesto brasileiro, excetuando-se introdução e conclusão, observa-se que cada um aborda uma temática diferente, apesar de apresentar sempre um mesmo padrão: a realidade preconceituosa ("*Direito das mulheres*") na qual vivem as mulheres é confrontada com fatos que pretendem descaracterizá-la, ressaltando que, na maioria das vezes, tais situações ocorrem com base em desinformações que partem dos próprios homens ("Injustiça dos homens").

No que tange as unidades informacionais, observa-se que cada capítulo aborda uma temática diferente, mas todas relacionadas à discrepância de direitos entre homens e mulheres no Brasil:

Capítulo I - Que caso os homens fazem das mulheres e se é com justiça	descrevem a maneira como o papel do cuidado com os filhos era visto e, em seguida, por que essa maneira de encará-lo não faz jus à importância do trabalho em si
Capítulo II - Se as mulheres são inferiores ou não aos homens, quanto ao entendimento	inferiorização das mulheres devido a sua biologia
Capítulo III - Se os homens são mais próprios que as mulheres para governar	descreve a maneira como os homens justificavam a inaptidão das mulheres para os trabalhos no governo:
Capítulo IV - Se as mulheres são ou não próprias a preencher cargos públicos	
Capítulo V - Se as mulheres são naturalmente capazes de ensinar as ciências ou não	Capítulo destinado a comentar sobre a crença da incapacidade intelectual das mulheres ao tratar das ciências

Capítulo V - Se as mulheres são naturalmente próprias ou não para os empregos	Inaptidão das mulheres em ingressar em empregos militares

O levantamento bibliográfico realizado no capítulo 2 corrobora com o fato de Nísia ser capaz de identificar essas questões dentro do cenário brasileiro do século XIX e entender que as questões abordadas no manifesto de Sophia eram totalmente relevantes e precisavam ser trazidos à tona, buscando igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Com relação a como os fatores extratextuais são verbalizados no texto percebe-se que são bastante claros e diretos, sendo identificada forte presença de conotação, que Nord caracteriza como "informação expressa por um elemento linguístico marcado por sua afiliação a certo código" (NORD, 2016, p. 171), que no caso desse estudo refere-se ao nível estilístico.

As unidades informacionais no texto, nos trechos em destaque a seguir, tornam possível a identificação de um padrão: há sempre apresentação dos aspectos negativos em relação à maneira de descrever os homens e a maneira que eles tratavam as mulheres, em oposição aos termos positivos em tópicos que tanto focavam nas mulheres bem como na desnaturalização pensamentos errôneos sobre elas:

> **Se cada homem**, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. **Todos sabem**, nem se pode negar, que **os homens olham** com desprezo para o emprego de criar filhos e que é isto, às suas vistas, uma função **baixa e desprezível** [...] (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 35).

> Eis as **graves acusações** intentadas contra a maior parte das mulheres; mas concedendo-se de barato, que fosse verdadeiro o que eles objetam, não é incontestável que os mesmos argumentos podem reverter-se contra a principal parte dos homens? (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 36).

> Se fordes tão condizentes que acrediteis no que dizem os homens, será preciso também conceder-lhes, como uma coisa decidida, que as mulheres são criaturas **destituídas de bom senso** e **naturalmente incapazes** de se conduzir. [...]
> Apenas achar-se-ia em um milhão, uma de capacidade medíocre, que não quisesse ou pudesse governar-se melhor que a maior parte dos homens em iguais circunstâncias, se a **fraude**, a **traição** e a **vil inveja** desse sexo não nos **roubasse** os meios [...] (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 56).

> Toda arte oratória das escolas não é capaz de dar a um homem esta eloquência e facilidade de se expressar, que a nós nada custa; e o que sua baixa **inveja** chama em nós uma **superfluidade** de palavras, não é outra coisa mais que uma prontidão de ideias e uma facilidade de discursos, **que eles não podem adquirir**, senão em muitos anos de um penível trabalho. Quanto embaraço e perturbação não têm eles para fazerem entender seus pensamentos? Se dizem alguma coisa melhor, que gestos insípidos, redundanciais e carenhoncas não fazem, que destroem o pouco bom que dizem? (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 67).

Em oposição aos tópicos sobre as "injustiças dos homens", é possível observar também os trechos em que, ao ressaltar as mulheres e seus direitos,

> Mas se consultassem a **Natureza** nesta parte, sentiriam sem que fosse preciso dizer-lhes, que não há no Estado Social um emprego que mereça **mais honra, confiança e recompensa** (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 36).

> Ora, as mulheres, encarregando-se **generosamente** e **sem interesse**, do **cuidado** de educar os homens na sua infância, são as que **mais contribuem** para esta vantagem, logo são elas que merecem um **maior grau de estima** e **respeito públicos**. (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 37).

> prova bem que eles falam conforme o seu coração, é nos suporem muito fracas para nos deixar privar da nossa **liberdade** e de nossos **legítimos direitos**, por um raciocínio tão frívolo quanto improcedente; mas que prova têm eles apresentado, para convencer que não seríamos **tão capazes** de nos preservarmos dos perigos, como eles o são de nos guardar, **se gozássemos das mesmas vantagens e poder**? Além de que, estamos por ventura mais seguras debaixo de sua direção, que da nossa própria? (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 55).

> Esse caráter de retidão que tem todo nosso exterior, quando falamos, faz nosso poder de persuadir inda mais vitorioso. Certamente se temos uma **eloqüência** mais comunicável que a sua, nós devemos ser, ao menos como eles, tão capazes de as ciências; e se não nos vêem nas cadeiras das universidades, não se pode dizer que seja por incapacidade, mas **sim por efeito da violência com que nos sustentam** nesses lugares em nosso prejuízo; pelo menos deve-se reconhecer nisto, que temos mais **modéstia** que eles e menos ambição (FLORESTA, Nísia, 1989, pp. 67-68).

> Quanto à Retórica, é preciso convir que nós somos os seus **modelos** e **mestres** avaliados. **A eloqüência é um talento tão natural e particular às mulheres, que ninguém lhes pode disputar.** Elas estão em estado de persuadir tudo que lhes apraz: **podem ditar, defender e distinguir o justo do injusto sem o recurso das leis**. Não tem havido Juiz que não tenha experimentado que elas são os mais esclarecidos conselheiros, e poucos litigantes que não saibam por experiência, que elas são Juízes muito retos, cujo talento é o mais ilustrado. Quando as mulheres tratam de algum objeto, elas se dirigem de uma maneira tão delicada, que os homens são obrigados a reconhecer que elas lhes fazem sentir (FLORESTA, Nísia, 1989, p. 66).

Portanto, entende-se que o conteúdo do livro de fato condizia com o contexto em que se encontravam as mulheres, bem como com a maneira como os homens injustamente tratavam as mulheres., conforme já descrito no tópico 2.2. Além disso, os elementos linguísticos são compatíveis ao tipo de texto em que se apresenta Direito das mulheres e injustiça dos homens, que trata-se de um manifesto de cunho feminista.

3.3.1.3 Pressuposições

De acordo com Nord (2016), as pressuposições só serão “aceitas pelo falante que acredita acontecer o mesmo também com o ouvinte” (p. 170) e frequentemente “se referem a objetos e fenômenos da cultura à qual pertence o emissor” (p. 171). Com essa

teoria e alguns levantamos literários, pode-se tentar analisar o fato de Nísia Floresta ter escolhido referenciar Mary Wollstonecraft - e não Sophia – em seu texto.

Pallares-Burke (1995) ressalta a importância da tradução que Nísia Floresta fez, muito antes de suas pesquisas mostrarem que a tradução foi, de fato, com base na obra de Sophia. Essa relevância se dá pelo fato de que havia no Brasil o que ela chama de "contracorrente feminista que fazia do Brasil, em algum grau, participante do movimento de emancipação das mulheres que se desenvolvia na Europa a partir da Revolução Francesa" (PALLARES-BURKE, 1995, p. 169):

> [...] num momento da história brasileira em que a ideologia da domesticidade feminina estava sendo amplamente disseminada e defendida pela intelectualidade brasileira, preocupada com a "nefasta" importação de idéias do lluminismo europeu. Um estudo comparativo dos dois textos, o original inglês e o português, pareceu-me particularmente interessante para a recuperação do rico processo de recepção e difusão de ideias estrangeiras no Brasil.

Em sua análise da obra da autora brasileira, ela discute sobre o trabalho de Nísia Floresta e, principalmente, os motivos que a teriam levado a "forjar uma tradução cuja autenticidade, diga se de passagem, só um acaso poderia desmentir" (p. 169). Mesmo sabendo que as respostas, de fato, jamais poderão ser obtidas.

Inicialmente, sua pesquisa tinha como objetivo um estudo comparativo das duas obras: a "original", de Mary Wollstonecraft, e a versão em português de Nísia Floresta. Ela declara que o fato de a brasileira ter feito uma tradução livre e não literal poderia sugerir que:

> [...] tal estudo poderia ser especialmente promissor. As adaptações, adições, alterações e até mesmo eventuais deturpações das ideias da obra original seriam, pois, estudadas a fim de se evidenciar a complexa e criativa estratégia usada pela tradutora para se fazer ouvir num ambiente preponderantemente hostil às ideias emancipatórias femininas (PALLARES-BURKE, 1995, p. 169)

Com a análise das obras, ela identificou temas em comum em ambos os textos, tal como ela cita: "afirmações de que a diferenciação entre os sexos era decorrência da educação e não da natureza, de que o raciocínio masculino era marcado por deficiências, parcialidade e prepotência (p.170). Entretanto, a autora destaca que tais temas são apenas

"lugares-comuns presentes em textos feministas do século XVII" (p. 170) não havendo nenhuma outra semelhança que ela pudesse considerar relevante.

Pallares-Burke (1995) levantou a hipóteses de que a tradução de Nísia Floresta poderia ter algo de parecido com os trabalhos de Nicolas D'Ablancourt (1606-1664), que eram descritos como *les belles infidèles*, "numa sugestão de que as traduções são semelhantes às mulheres: as belas são infiéis e as fiéis não são belas" (p. 170), ou talvez trazer para a justificativa o que o antropólogo britânico Evans-Pritchard descrevia como tarefa da antropologia: ser uma "tradução cultural assemelhando a tarefa de tornar uma cultura inteligível para outra como a de um tradutor de fazer um texto em uma língua inteligível em outra" (p. 170).

De qualquer maneira que pudesse interpretar o trabalho feito pela brasileira, "quer mais ou menos belas, mais ou menos criativas" (p. 171), Pallares-Burke (1995) não identificava que aquele texto que ela classificava como sendo uma tradução pudesse ser reconhecido, de fato, como uma tradução. Entretanto, o que a pesquisadora destaca como sendo um "aspecto particularmente significativo e desconcertante no texto de Nísia" (p. 172) era a ausência de menções a Jean Jacques Rousseau:

> [...] figura central à argumentação de Mary Wollstonecraft e da maioria das feministas que escreveram após o impacto das ideias dele sobre educação feminina e o papel da mulher em sociedade. Como se sabe, Rousseau foi e, em certo sentido, ainda é visto como o vilão da história da mulher e como o grande responsável pela ideologia da domesticidade feminina que se propagou desde o Século das Luzes (PALLARES-BURKE, 1995, 172).

Pallares-Burke (1995, p. 109) sugere que, ao fazer referência à obra de Mary Wollstonecraft e dizer que a sua foi uma tradução livre e não literal da inglesa, Nísia poderia ter em mente uma "complexa e criativa estratégia [...] para se fazer ouvir num ambiente preponderantemente hostil às ideias emancipatórias femininas". Nísia Floresta mantinha contato com diversos pensadores Iluministas. A publicação de seu livro no Brasil, inclusive, ocorreu num período bastante conveniente: a intelectualidade brasileira, preocupada com a 'nefasta' importação de ideias do Iluminismo europeu, estava promovendo debates nos quais o papel da mulher, visto como de esposas, mães e donas de casa, estava sendo "amplamente defendido e disseminado (PALLARES-BURKE, 1995, p. 109).

Observa-se como esse, por assim dizer, empreendimento de Nísia teve um lado positivo - especialmente de reverberação do tema tratado, após a publicação. De acordo com Moraes (2016), a "farsa" de que seu livro era uma tradução livre permitiu a ligação do "nome da inglesa Wollstonecraft às vozes em defesa dos direitos das mulheres no decorrer do século XIX" (p. 12), como ela exemplifica mais adiante. O romance *A moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo, é considerado o livro inaugural do romantismo brasileiro e nele:

> Carolina, a protagonista, havia lido Mary de Wollstonecraft (sic), e, em tom de zombaria, o personagem Augusto irritou a jovem quando lhe solicitou "comenda para quando fosse Ministra de Estado, e a patente de cirurgião do exército, no caso de chegar a ser general." (MACEDO, p.52). E foi no âmbito do relacionamento entre os dois personagens românticos, em meio à descoberta amorosa, que o nome de Wollstonecraft apareceu.

Pode-se pensar, então, que a "travessura literária" (PALLARES-BURKE, 1995) de Nísia Floresta tinha fundamento. Segundo Moraes (2016), o pai de Nísia Floresta era casado com uma viúva de família poderosa no Rio Grande do Norte. A escritora teve o privilégio de ter nascido nas classes dominantes na época, o que proporcionou a ela além de uma educação muito boa, a possibilidade de sempre viajar à França e, consequentemente, ter contato com diversos pensadores do círculo positivista. Há diversos registros, inclusive de cartas trocadas entre ela e Auguste Comte, que demonstrava forte apoio às mulheres na luta por seus direitos.

Constância Duarte, uma das maiores pesquisadoras e divulgadoras dos trabalhos de Nísia Floresta, no mesmo ano de publicação do artigo de Pallares-Burke (1995), escreve um artigo contestando a maneira como aquela autora classifica o trabalho de Nísia Floresta, apesar de considerar a relevante e minuciosa pesquisa realizada pelo artigo anterior.

Mesmo com as evidências apontadas por Pallares-Burke, Duarte (1995) considera como injusta a classificação de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* como "plágio". Em discussão, afirma que há sim, identificação de três pensadores - Mary Wollstonecraft, François Poulain de la Barre e Sophia - e que "sua leitura daqueles autores" ser considerada "uma travessura literária" merece ser reparada.

Primeiramente, ela leva em conta o tempo em que o trabalho de Nísia foi feito, há mais de 180 anos, visto que o tratamento que davam na época a esse tipo de atividade era

"naturalmente submetido a outros parâmetros, outros conceitos e procedimentos intelectuais". Ela ainda complementa que:

> A noção de "plágio", por exemplo, aliás a principal acusação levantada pela ensaísta, não existia, como entendemos atualmente no tempo de nossa autora. Era considerado aceitável que um escritor lesse a obra de um outro e escrevesse a sua própria, a partir das reflexões que aquela lhe despertava. Também a utilização de expressões e até mesmo trechos de outros autores costumava ser adotada, independente de referências, sem que o escritor visse diminuído seu trabalho intelectual ou sobre ele pesasse qualquer desconfiança.

Segundo Duarte (1995) chamar de plágio diminui a importância que Nísia Floresta adquiriu pelo seu trabalho. Pior ainda era chamar de "travessura literária", associando seu trabalho a uma ação infantil, que não prevê consequência alguma. Ela destaca que todas as apropriações que Nísia realizou devem ser consideradas "inovadoras", pois o objetivo da autora brasileira era "penetrar no mundo das letras -território dos homens" e para tanto:

> [...] disfarça sua própria identidade pelo uso do pseudônimo; em seguida, o 'Mistriss Godwin' encobrindo o nome de Mary Wollstonecraft, e, por fim, o anúncio de uma 'tradução' que não é, absolutamente, uma tradução tal como está no dicionário; e ainda a novidade do título modificado [...] (DUARTE, 1995, P. 5).

Ela ressalta em seu artigo que, em 1832, havia pouquíssimas mulheres no país que tinham algum estudo, muito menos ainda eram as que escreviam. Havia muitos fatores que iam de encontro à Nísia Floresta, "tanto a juventude e a inexperiência de vida, como a força da tradição nordestina e a hegemonia do patriarcalismo vigente, que atravancavam a literatura feminina", e por conta disso, ela repreende que "somente uma crítica ainda presa à tradição metafísica da essência e da presença poderia cobrar uma originalidade autoral em Nísia Floresta" (DUARTE, 1995, P. 8).

Por esses motivos, Duarte (1995) condena a utilização da expressão "travessura literária", que Pallares-Burke cunhou para a situação, sugerindo outra forma para analisar o caso. Realizar tal feito, demonstra o quanto ela tinha consciência das ideias dominantes na Europa. Além disso, Duarte comenta como o gesto pode ser considerado "legitima defesa" antes de ser considerado plágio.

Do seu ponto de vista, havia intencionalidade no episódio que se desenrolou a partir de suas ações tradutórias, que era justamente "denunciar as injustas relações sociais de gênero existentes em seu tempo" (DUARTE, 1995, P. 8). Mesmo sem Constância Duarte saber que a tradução de Nísia foi baseada em um original em francês, ela defende *Direito das mulheres e injustiça dos homens* de todas as formas possíveis.

Oliveira e Martins (2012) também discutem o trabalho de Nísia Floresta, principalmente do ponto de vista do tempo que se passou creditando-se a ela a tradução de Mary Wollstonecraft. As pesquisadoras questionam-se "como essa obra foi vista e aceita por tanto tempo como a tradução livre do tratado de Wollstonecraft?". Elas tentam de alguma maneira explicar o que pode ter acontecido. Citando a teoria de Gideon Toury (1995), que considera que "tradução" seria qualquer texto na cultura receptora que possua três postulados, ou condições básicas:

> [...] o postulado do texto-fonte (source-text postulate), segundo o qual supõe-se que exista um texto anterior à tradução, do qual esta procede; (ii) o postulado da transferência (transfer postulate), que parte do princípio de que o processo de tradução tenha envolvido a transferência de certas características do suposto texto-fonte, as quais a tradução conserva e que são identificadas em ambos; e (iii) o postulado da relação (relationship postulate), que presume a existência de relações verificáveis entre a tradução e o suposto original (TOURY, 1995, p. 143-144 apud OLIVEIRA E MARTINS, 2012, p. 35).

Outra hipótese que Oliveira e Martins levantam é que ao defenderem o que seria uma "tradução livre", a tradução de Nísia Floresta teria sofrido adaptações do original, e mesmo sendo um "texto que sofreu intervenções tradutórias bastante radicais", [...] "apesar de todo o distanciamento do original ainda é considerado uma representação deste" (BASTIN, 2009 apud OLIVEIRA E MARTINS, 2012, p. 32).

Assim como exposto na sua publicação, Nísia, portanto, falava diretamente aos "acadêmicos" - às pessoas do seu mesmo nível e de seu círculo de convivência. Tendo nessas pessoas como as detentoras do conhecimento e do poder de influência, seu objetivo (ou sua intenção) com isso era provavelmente que partisse delas a iniciativa de mudar o cenário em que se encontravam as mulheres.

Oliveira e Martins (2012) também atribuem a uma estratégia de Nísia Floresta para chamar "atenção do público leitor e também dar respaldo às ideias apresentadas no texto" o fato de ter referenciado Mary Wollstonecraft em sua tradução, utilizando a "escritora inglesa em prol de espaço e visibilidade para seu projeto de transformação de uma sociedade dominada pela voz masculina" (p. 40).

3.3.2. Elementos extratextuais

3.3.2.1. Emissor e intenção do emissor

De acordo com Nord (2016) o emissor seria a pessoa (ou instituição - o que não se aplica neste trabalho) que utilizaria um texto - escrito pelo produtor com as instruções do próprio emissor - a fim de transmitir alguma mensagem a uma pessoa ou de produzir algum efeito específico. De acordo com a autora, o emissor e o produtor do texto podem estar combinados em uma só pessoa e essa ocorrência pode se dar no caso de obras literárias, por exemplo.

Outro ponto importante que ela traz são relevantes informações sobre o emissor: seu papel e seu *status*, "ou seja, a personalidade do emissor como parte de uma comunidade cultural, linguística e comunicativa" (NORD, 2016, p. 87). Ela continua:

> No âmbito do quadro estabelecido por tempo, espaço, cultura e as funções básicas da comunicação, o que consideramos relevantes para a tradução são todos os dados que possam trazer esclarecimentos sobre a intenção do emissor, sobre o público pretendido com sua bagagem cultural, sobre o lugar, o tempo e o motivo da produção do texto [...] (NORD, 2016, p. 87).

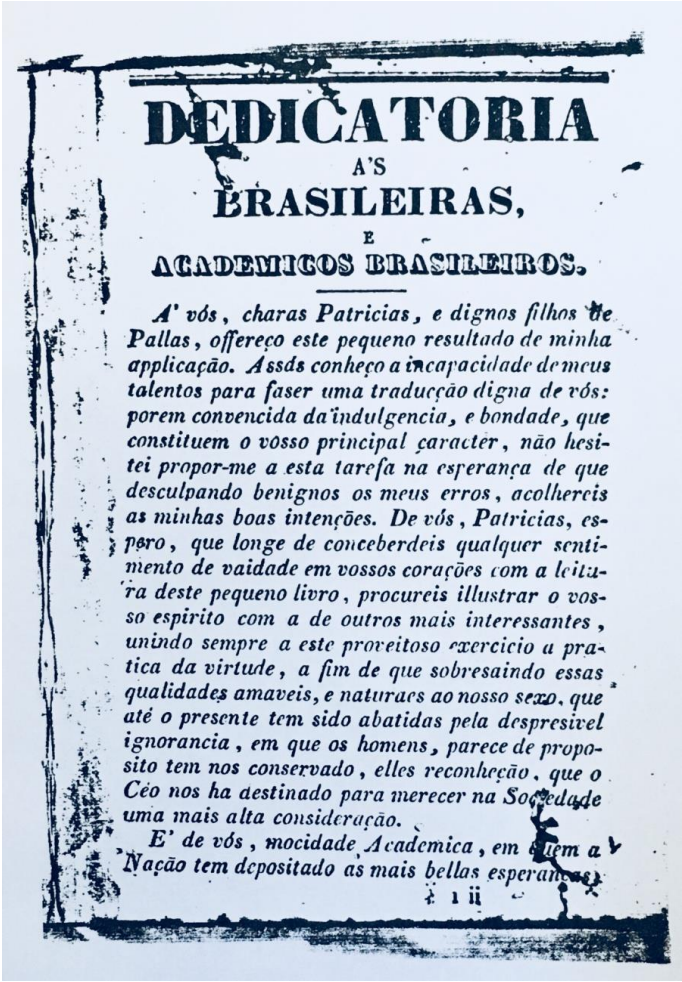
Quando Nísia decidiu publicar seu primeiro livro, ela era uma escritora incipiente (CAMPOI, 2001). As primeiras publicações de Nísia ocorreram em 1831, um ano antes da publicação de *Direito das mulheres*. Ela começou a escrever para o jornal *Espelho das Brasileiras*, de Recife, que foi justamente nesse período, aproveitando a publicação, que começou a escrever sobre a condição das mulheres (DUARTE, 2005).

A brasileira foi a responsável pelo texto em português. Porém, há pouquíssimas informações sobre Sophia, pessoa responsável pelo texto fonte, publicado em 1738. Sabe-se, entretanto, que ela foi uma das primeiras a defender a instituição de direitos para as mulheres na França, muito antes de Mary Wollstonecraft (LINDERMANN, 2014). Entretanto, foi a publicação de *Vindication of the rights of woman* que marcou a primeira onda do feminismo no mundo. Portanto, acrescentar o nome de Mary Wollstonecraft ao seu trabalho daria muito mais status a sua publicação.

Quando se trata da intenção, Nord explica ser necessária a distinção entre intenção, efeito e função, ponderando, metodologicamente, que os três conceitos são distintos. Sobre esse provável mal-entendido, ela começa afirmando que "a intenção é

definida do ponto de vista do emissor, que quer atingir certo propósito com o texto. (NORD, 2016, p. 92).

A função e o efeito vão estar separados, basicamente, pela recepção do texto, visto que a função já vai ser definida "desde fora" (p. 92) e o efeito sobre o receptor, obviamente, só poderá ser estabelecido após a recepção (NORD, 2016). Esse questionamento, entretanto, pode ser melhor entendido com a análise da dedicatória da obra, na qual a escritora brasileira dedica seu texto “às brasileiras e acadêmicos brasileiros”, conforme pode ser visto na Figura 5 a seguir:



DEDICATORIA

A'S

BRASILEIRAS,

E

ACADEMICOS BRASILEIROS.

A' vós, charas Patricias, e dignos filhos de Pallas, offereço este pequeno resultado de minha applicação. Assds conheço a incapacidade de meus talentos para faser uma traducção digna de vós: porem convencida da indulgencia, e bondade, que constituem o vosso principal caracter, não hesitei propor-me a esta tarefa na esperança de que desculpando benignos os meus erros, acolhereis as minhas boas intenções. De vós, Patricias, espero, que longe de conceberdeis qualquer sentimento de vaidade em vossos corações com a leitura deste pequeno livro, procureis illustrar o vosso espirito com a de outros mais interessantes, unindo sempre a este proveitoso exercicio a pratica da virtude, a fim de que sobresaindo essas qualidades amaveis, e naturaes ao nosso sexo, que até o presente tem sido abatidas pela despresivel ignorancia, em que os homens, parece de proposito tem nos conservado, elles reconheção, que o Céo nos ha destinado para merecer na Sociedade uma mais alta consideração.

E' de vós, mocidade Academica, em quem a Nação tem depositado as mais bellas esperanças;

Figura 5 - Dedicatória da obra original publicada em 1832.

É o receptor que "completa" a ação comunicativa pela recepção, ou seja, usando o texto em certa função, que é o resultado da configuração ou a constelação de todos os fatores situacionais (incluindo a intenção do emissor e as expectativas próprias do receptor com base no seu conhecimento da situação). Campoi (2011) afirma que Nísia Floresta e sua família faziam parte da elite nordestina. Supõe-se que dessa forma ela teria

acesso facilitado aos intelectuais da época. Ela também mantinha contato compensadores positivistas – Auguste Comte, por exemplo (CAMPOI, 2011). Talvez essa fosse a intenção dela: forma poderia compartilhar seus ideais com pessoas que teriam o entendimento e o poder de realmente fazer as mudanças necessárias.

No entanto, não há dúvidas que a escritora brasileira quisesse se dedicar à independência das mulheres brasileiras. Ela também fundou um colégio que, apesar de não ficar claro nos artigos que tratam do assunto se era público ou privado, tinha como objetivo educação para as meninas igual à dos meninos, com ensino de gramática, escrita e leitura do português, francês e italiano, ciências naturais e sociais, matemática, música e dança às meninas. Na sua obra Opúsculo Humanitário, também criticou a "importância que os pais davam aos 'triunfos que inebriam as filhas e lisonjeiam os pais,' que inspiravam o 'gosto por futilidades, as quais, dando-lhes apenas ligeiros matizes de boa educação, só lhes atraem passageiros sucessos'" (CAMPOI, 2011).

Nord (2016) ainda complementa sua argumentação ao falar da importância para o processo tradutório quando se lida com a intenção do emissor, especialmente em casos em que se trata de um texto literário ou que seja marcado por comentários políticos. De fato, a "vida do autor e seu *background*, eventos que tenham influenciado seus escritos" (p. 95) vão ter bastante peso na intenção do autor, bem como na função e efeito de sua obra.

3.3.2.3. Meio, Lugar e Tempo

No que tange o meio pelo qual Nord (2016) discute sobre o veículo que irá conduzir o texto até o leitor: se será face a face ou por escrito. Cabe acentuar que a autora destaca a comunicação escrita como forma de expressão muito mais clara que a oral.

Tomando a mensagem vinda do texto fonte – que a mulher não é inferior ao homem mas igualmente merecedoras de estudos, trabalho e liberdade - , de autoria de Sophia, onde há tantas descrições, exigências e argumentações sobre as injustiças dos homens bem como sobre a falta de direitos para as mulheres, a melhor forma seria, de fato, o manifesto na forma escrita.

Existe também a possibilidade da mensagem divulgada por meios escritos usufruir de um maior impacto por ter uma duração maior que uma mensagem disseminada apenas face a face. Observa-se, por exemplo, que a personagem de José Joaquim de Macedo,

vinte e dois anos após a primeira publicação, falava dos ideais de "Mary Wollstonecraft" em sua obra.

Apesar de não se saber com certeza quem foi Sophia – bem como se a pessoa por trás do pseudônimo realizou mais registros importantes em relação às mulheres - percebe-se que o meio permitiu que a mensagem ficasse registrada, tendo sido fundamental para, quase um século depois, Nísia Floresta tivesse acesso e o traduzisse.

Nord (2016) também destaca que, como na tradução, questões referentes à cultura, bem como sua influência no texto fonte, é de interesse central – que é o que acontece nessa situação em estudo. O manifesto de Sophia, publicado na França, 1739 em pleno século XVIII, fazendo inúmeras exigências de reconhecimento às mulheres numa época em que nem cidadãs elas eram consideradas, é, de fato, um ato de bravura. A leitura dos capítulos permite perceber que Sophia discutiu tópicos importantíssimos, desde os motivos que levam as mulheres a serem consideradas inferiores aos homens - transpassando por questões intelectuais - ligando tais questionamentos à proibição aos estudos e a assumirem postos de trabalho.

Quarenta anos depois, o Brasil de 1832 havia acabado de sair do período colonial e, naquela época, ainda era possível observar dois países distintos para as mulheres: o Brasil da mulher branca e da classe dominante e o Brasil da mulher negra e escrava. De acordo com Teles (2017) a mulher branca era explorada de maneira que o patriarcado pudesse utilizá-la a serviço do recente capitalismo que se desenvolvia no país. Ou seja: casavam muito novas com homens que eram escolhidos pelos seus pais, assumindo o papel de esposa de senhores pertencentes à classe dominante - geralmente homens que eram proprietários de terras e donos de escravos (TELES, 2017, p. 29), e de mães.

Ainda segundo a autora, as atividades do lar também eram de responsabilidades da mulher tais como organizar a cozinha e cuidar das crianças, além de outras atividades de ocupação como a fiação, a tecelagem e o cuidado com o pomar (TELES, 2017).

Mesmo sabendo que a publicação de Nísia infelizmente lidava com um grupo restrito - aquele de onde, provavelmente, deveria surgir a fagulha que inspiraria ideias de revoluções - a tradução de Nísia Floresta do texto original de Sophia encaixou-se perfeitamente no contexto brasileiro.

A partir das análises feitas com base na teoria de Nord, é possível observar que Nísia Floresta não traduziu *La femme n'est pas inférieure à l'homme* aleatoriamente. Desde a escolha do conteúdo, adaptações do título, referenciar uma escritora famosa como autora do original bem como escolha do público alvo, mostram que, além de

tradutora, ela também é a iniciadora da tradução – ou seja, a pessoa que apresenta motivações e intenções para realizar a tradução – e seu proposito visava a criação de uma manifestação feminista no Brasil, que pudesse resultar na igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Essa pressuposição pode ser entendida sob a ótica da proposta de teorização tridimensional de Fairclough, com o qual entende-se que um texto - cujas minuciosas adaptações para a versão em português criam uma obra diferente das versões em inglês e em francês, (Ginzburg, 1989) -, e sua prática discursiva (título, conteúdo, escritora famosa como original, conforma anteriormente citados), podem levar a uma terceira dimensão: a da prática social, ou seja, a uma discussão que envolveu o social e o político - sendo estes justamente a primeira onda do movimento feminista brasileiro, como hoje é conhecida, que ela criou em 1832.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que Nísia Floresta, escritora brasileira, foi influenciada pelos movimentos feministas europeus. Provavelmente motivado por esse contato, ela quis iniciar um movimento semelhante em seu próprio país. Esse movimento teria como objetivo, tal como os primeiros na França voltados à libertação das mulheres, dar voz às mulheres brasileiras e exigir que fossem tratadas com direitos iguais aos homens.

A publicação de *Direito das Mulheres e Direitos dos Homens* foi uma publicação de Nísia Floresta, mas não foi uma tradução "livremente inspirada" em *Vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft, como ela mesma indicou na primeira edição, foi uma publicação livremente inspirada nas iniciativas dessa escritora, a qual deixou marcos na história, especialmente do movimento feminista no mundo. Provavelmente por essa importância associada ao nome de Mary Wollstonecraft é que Nísia Floresta ousou referenciá-la em sua obra, traduzida integralmente do original *La femme n'est pas inférieure à l'homme*, com autoria assinada por Sophia.

Sophia, por outro lado, é um pseudônimo que provavelmente escondeu a identidade do escritor Philippe-Florent de Puisieux. Entretanto, desde a primeira publicação de Direitos da Mulheres e Injustiça dos Homens, em 1832, essa informação permaneceu desconhecida. Foi apenas em 1995, que Pallares-Burke, desvendou esse mistério - que ninguém tinha ideia que existisse, na verdade.

Analisando os fatores que levaram Nísia Floresta a realizar tal propósito, pode-se conceber uma intenção de criar um movimento feminista em território nacional que pudesse lutar pelos direitos das mulheres. Ao olhar a situação das mulheres brasileiras num amplo plano, em 1832, o Brasil era um país em transição de colônia para a República, as mulheres não tinham direito algum, eram obrigadas a casarem cedo e serem donas de casa. Se fossem brancas, havia escolas voltadas a ensinar afazeres domésticos.

Nísia Floresta era privilegiada por ter estudado e por frequentar ambientes de pensadores. Ainda que de forma incipiente, já escrevia sobre isso em jornais. Quando publicou *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* não havia nada parecido publicado no Brasil, como já havia em outros países. Havia muito menos um movimento feminista como foi o caso da primeira onda do movimento feminista que repercutiu no mundo a partir de diversas publicações na época, inclusive da escritora britânica Mary Wollstonecraft.

As análises da referida obra permitem supor que Nísia Floresta tinha como objetivo criar uma onda feminista também no Brasil. Para tanto, escolheu a obra *La femme n'est pas inférieure à l'homme* para traduzir para o português.

Sob a ótica das teorizações de Christiane Nord, é possível analisar melhor os propósitos de tradução dessa obra, aplicando a sua teoria de maneira reversa: não somente como uma alternativa para o tradutor que para realizar a tradução deverá avaliar um texto fonte, mas sim utilizando-a para voltar a uma tradução e tentar entender os propósitos do tradutor para traduzi-lo.

Com base em Nord, podemos conceber que Nísia Floresta é tanto a iniciadora da tradução – quem primeiramente teve a iniciativa da tradução da obra em pauta – como a tradutora - pessoa responsável pelo processo tradutório. Apesar de sua obra indicar que sua tradução teria tido como original o texto de Mary Wollstonecraft, pudemos concluir que o texto de Sophia, mesmo separado deste por quase um século, encaixava-se melhor no contexto brasileiro. A obra de Sophia, pseudônimo que causa dúvidas ainda hoje, sobreviveu todo esse tempo e chegou às mãos de Nísia Floresta.

A troca de informações de culturas na época foi fundamental nesse sentido. Certamente, Nísia Floresta sabia que referenciar Mary Wollstonecraft, nome forte em um movimento que questionava a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, daria mais visibilidade ao seu trabalho. A escritora tinha a intenção de também promover essa agitação entre os intelectuais brasileiros. Portanto, pode-se entender que essa seria sua intenção com essa referência à escritora britânica.

Além disso, os elementos intratextuais propostos por Nord se completam com a análise tridimensional de Norman Fairclough neste trabalho visando analisar e entender a proposta de Nísia Floresta e seu processo tradutório, partindo dos pressupostos que *La femme n'est pas inférieure à l'homme* possa ter sido propositalmente escolhido por ser um texto pouco conhecido, por seu conteúdo que refletia a realidade brasileira da época e escrito na primeira pessoa tornava-o o texto perfeito para alcançar um escopo feminista utópico da escritora brasileira.

Logo, para atingir esse propósito, ou, a prática social, conforme sugere Fairclough, os primeiros passos estavam dados: um texto que sofreu pequenas alterações para melhor adaptá-lo ao público brasileiro, com viés político e social completamente compatível com uma agenda feminista do país no século XIX. Estava feito: foi publicado o primeiro texto que reclamava igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil.

É importante destacar, além da importância da obra em si – hoje, a publicação de *Direito das mulheres e injustiça dos homens* é o marco fundante do movimento feminista brasileiro, além de ser referência como a primeira onda do movimento feminista no país – também que o movimento brasileiro é resultante de um processo tradutório de uma obra publicada em outro país.

Portanto, como conclusão deste trabalho, entende-se que a primeira onda feminista brasileira teve como marco inicial a publicação da obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens* em 1832, pela escritora norte-rio-grandense Nísia Floresta. A referida obra foi resultante de um processo tradutório utópico-feminista, cujo original, *La femme n'est pas inférieure à l'homme*, em francês, chegou à escritora brasileira por meio de trocas culturais ocorridas durante o período colonial brasileiro.

Conforme ainda é possível observar, e provavelmente continuará dessa forma, o movimento das mulheres tem se fortalecido com trocas: de culturas, de literaturas, de artes. Não fossem as viagens de Nísia Floresta, seu contato com as inquietações de outras mulheres, a criação de identidade comum e o desejo utópico por mudança, o movimento feminista iria provavelmente demorar muito mais para ter forças para nascer no Brasil.

A análise geral do papel da tradução para o feminismo, e não apenas no caso de Nísia Floresta, mostra que muito mais que transferir um texto de uma língua para outra, as questões cultural, social e política são também extremamente relevantes nas comunidades pois criam-se identidades que, por sua vez, criam redes de suporte para mudanças. É o primeiro passo para a utopia e é a tendência que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil e no exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Tarana. **Me too**. New York: Tarana Burke. 2018. Disponível em: https://metoomvmt.org/about/. Acesso em: 14 de maio de 2019.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direito das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 196-213, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a10v30n2>, acessado em 8 de agosto de 2019.

CASTRO, Luciana Martins. A Contribuição de Nísia Floresta Para a Educação Feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Outros Tempos**. Volume 7, número 10, dezembro de 2010.

DAVIES, Catherine; BREWSTER, Claire; OWEN, Hilary**. South American Independence**: Gender, Politics, Text. Eds. Catherine Davies, Claire Brewster, and Hilary Owen. Liverpool University Press, 2006.

DUARTE, Constância Lima. _____. **Cintilações de uma alma brasileira**, Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

_____. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=rXF_DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=constacia+duarte+feminismo+&ots=4iFb1p3q15&sig=1AWkjDXt7f4VS8au49fkREabhZE>, acessado em 8 de agosto de 2019.

_____. **Nísia Floresta***:* vida e obra. 2ª ed. Natal: EDUFRN, 2008.

_____. **Nísia Floresta**. Série: Coleção Educadores. Recife, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

_____. Analysing discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2004.

Encyclopaedia Brittanica, 2019. Disponível em: https://www.britannica.com/biography/Lady-Mary-Wortley-Montagu, acessado em 14 de maio de 2019.

FUNCK, Susana Bornéo. **Feminist literary utopias**. Florianópolis: UFSC, 1998.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Cristina Carla. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GARNIER, Camille. "La Femme n'est pas inférieure à l'homme" *(1750):* oeuvre de Madeleine Darsant de Puisieux ousimple traduction française**? Revue d'histoire littéraire de la France**, No. 4, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo : Companhia de Letras, 1989.

GONZALEZ, Marina. **Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana**, diz fundadora do Ni Una Menos. São Paulo, Marina Gonzalez, 2017. https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/. Acesso em: 14 de maio de 2019.

LEVITAS, Ruth. For Utopia: The (Limits of the) Utopian Function in Late Capitalist Society. In: GOODWIN, Barbara (ed). **The Philosophy of Utopia**. London and Portland: Frank Class, 2001.

LINDEMANN, Kate. **Sophia, a Person of Quality**. Disponível em: <http://www.societyforthestudyofwomenphilosophers.org/Sophia.html>, acessado em 10 de setembro de 2018.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Moreninha**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00132a.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2018.

MARTINELLI, Andréa. Angela Davis: **'O feminismo negro de Marielle Franco visava transformar o mundo**'. São Paulo, Andréa Martinelli 2019. https://www.huffpostbrasil.com/entry/angela-davis-marielle-franco_br_5c8c0031e4b0d7f6b0f351df. Acesso em: 14 de maio de 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. IN.: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. trad. Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

NORD, CHRISTIANE. El funcionalismo en la enseñanza de traducción. **Mutatis Mutandis**. Vol. 2, No. 2. 2009.

Disponível em: <file:///C:/Users/coelh/Downloads/Dialnet-ElFuncionalismoEnLaEnsenanzaDeTraduccion-3089531.pdf>, acessado em 8 de agosto de 2019.

_____. **Análise textual em tradução**: bases teóricas, métodos e aplicações didáticas. trad. Meta Elisabeth Zipser. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

OLIVEIRA, Anna Olga Prudente de & MARTINS, Márcia A. P. Nísia Floresta e Direitos das mulheres e injustiça dos homens: uma tradução em busca do original. **Scripta Uniandrade,** 2012. Disponível em: <https://uniandrade.br/docs/scripta/Scripta%2010_1_final_12.pdf#page=25>, acessado em 8 de agosto de 2019.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradição cultural**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

REGUANT, Dolores. **La mujer no existe**. Bilbao: Maite Canal, 1996.

SAES, Laurent, Azevedo Marques. Morin, Tânia Machado. Virtuosas e Perigosas: As mulheres na Revolução Francesa. São Paulo: Alameda, 2013. **Revista História**, São Paulo, n. 171, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **The politics of translation.** IN.: VENUTI, Lawrence (ed.) – The Translation Studies Reader. London & New York: Routledge, 2000.

STOLLER, Robert. **Sex and gender: on the development of masculinity and feminity**. New York: Vintage books, 1698

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.